Informações contábeis intermediárias 30 de setembro de 2021

Relatório sobre a revisão de Informações Trimestrais	01
Balanço patrimonial	03
Demonstração do resultado	04
Demonstração do resultado abrangente	05
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	06
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto	07
Demonstração do valor adicionado	08
Notas explicativas às informações contábeis intermediárias	09

Balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

	Notas	30/09/2021	31/12/2020		Notas	30/09/2021	31/12/2020
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	698.414	957.597	Fornecedores	13	958.745	750.901
Aplicações financeiras	5	1.903.019	1.496.268	Empréstimos e financiamentos	14	1.100.331	779.981
Contas a receber de clientes	6	1.706.766	1.513.118	Debêntures	15	323.650	240.462
Almoxarifado		52.653	17.008	Valores a pagar de acordos com plano de recuperação judicial	19	42.792	30.652
Serviços pedidos		183.161	217.578	Passivo de arrendamento		2.283	7.132
Aquisição de combustível - conta CCC		61.541	29.855	Impostos e contribuições a recolher	16	201.066	152.601
Instrumentos financeiros derivativos	28.4	197.039	100.448	Impostos e contribuições sobre lucro a recolher	17.3	66.554	36.183
Impostos e contribuições a recuperar	8	483.310	419.732	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		21.853	15.794
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		99.030	75.424	Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	7	50	80.984
Partes relacionadas - mútuos	9	132.462	-	Contribuição de iluminação pública		22.745	28.820
Outros créditos a receber		199.217	143.035	Encargos setoriais	20	109.771	123.194
Total do ativo circulante		5.716.612	4.970.063	Participação nos lucros		37.178	37.924
				Dividendos a pagar	9	582	66.559
Não circulante				PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	21	525.558	-
Aplicações financeiras	5	24,956	24.471	Provisões para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	18	6.574	5.533
Contas a receber de clientes	6	334.679	348.444	Outras contas a pagar		249.481	178.810
Sub-rogação da CCC - valores aplicados		67.971	85.120	Total do passivo circulante		3.669.213	2.535.530
Serviços pedidos		572	572				-
Instrumentos financeiros derivativos	28.4	97.534	213.533	Não circulante			
Impostos e contribuições a recuperar	8	163.862	444.640	Empréstimos e financiamentos	14	2.084.316	1.976.662
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		49.690	49.520	Debêntures	15	1.192.254	1.209.270
Depósitos judiciais	18	84.241	71.208	Valores a pagar de acordos com plano de recuperação judicial	19	988.436	940.279
Plano de aposentadoria e pensão		5.840	5.840	Passivo de arrendamento		15.649	14.558
Outros créditos a receber		933	270.184	Impostos e contribuições a recolher	16	163,429	171.306
Ativo financeiro da concessão	10	3.987.461	3.613.371	Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	7	49.614	170.307
Investimentos	10	32.461	13.938	Encargos setoriais	20	25,939	333.903
Intangível	11	1.737.462	1.973.425	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	21	337,390	948.552
Ativos de contrato	12	473,784	134.781	Provisões para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	18	120.023	123.479
Direito de uso	12	16.283	22.157	Plano de aposentadoria e pensão	10	53.233	41.435
Total do ativo não circulante		7.077.729	7.271.204	Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	456.431	372.621
Total do advo não circulante		7.077.729	7.271.204	Outras contas a pagar	17	31.219	30.187
				Total do passivo não circulante		5.517.933	6.332.559
				Total do passivo não circulante		5.517.955	0.332.339
				Patrimônio liquido			
				Capital social	22.1	1.624.459	1.624.459
				Reserva de capital	22.1	19,909	15.025
				Reserva de capital Reserva de reavaliação	22.3	71,249	81.269
				Reservas de lucros	22.3	1.437.072	1.653.711
				Ajuste de avaliação patrimonial	44.4	3.525	(1.286)
				Lucros retidos		450.981	(1.200)
				Total do patrimônio líquido		3.607.195	3.373.178
				Total do patimono ilquido		3.007.193	3.373.178
Total do ativo		12.794.341	12.241.267	Total do passivo e patrimônio líquido		12.794.341	12.241.267

Demonstração do resultado

Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

		01/07/2021	01/01/2021	01/07/2020	01/01/2020
	Notas	a 30/09/2021	a 30/09/2021	a 30/09/2020	a 30/09/2020
Receita operacional líquida	23	2.450.390	5.550.719	1.537.533	3.986.327
Energia elétrica comprada para revenda	25	(1.293.685)	(2.786.566)	(684.470)	(1.823.084)
Custo de construção	24	(342.498)	(751.554)	(158.003)	(472.083)
Custo da operação		(71.019)	(386.096)	(171.162)	(449.590)
Custos de energia elétrica, construção e operação	24	(1.707.202)	(3.924.216)	(1.013.635)	(2.744.757)
Lucro bruto		743.188	1.626.503	523.898	1.241.570
Despesas operacionais					
Despesas com vendas	24	(50.175)	(135.791)	21.298	(57.650)
Despesas gerais e administrativas	24	(59.649)	(187.663)	(98.609)	(208.240)
Perdas esperadas por redução ao valor recuperável	24	(46.903)	(119.188)	(21.940)	(142.228)
Outras despesas operacionais, líquidas	24	(6.984)	(22.131)	(4.536)	(12.907)
Total de despesas operacionais		(163.711)	(464.773)	(103.787)	(421.025)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre lucro		579.477	1.161.730	420.111	820.545
Receitas financeiras	26	136.316	418.218	102.590	536.439
Despesas financeiras	26	(238.382)	(670.779)	(168.103)	(685.147)
Resultado financeiro	26	(102.066)	(252.561)	(65.513)	(148.708)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		477.411	909.169	354.598	671.837
Imposto de renda e contribuição social correntes	17.4	(46.111)	(114.936)	(17.729)	(25.158)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.4	(54.619)	(83.810)	(56.153)	(157.557)
Impostos sobre o lucro		(100.730)	(198.746)	(73.882)	(182.715)
Lucro líquido do período		376.681	710.423	280.716	489.122
Lucro por ação basico e diluído - R\$	22.5				
Ação ordinária		0,17052	0,32159	0,12733	0,22186
Ação preferencial nominal - A		0,17052	0,32159	0,12733	0,22186
Ação preferencial nominal - B		0,17052	0,32159	0,12733	0,22186
Ação preferencial nominal - C		0,17052	0,32159	0,12733	0,22186
Quantidade de ações ordinárias no final do exercício (em milhan	res de ações)	2.204.621	2.204.621	2.204.621	2.204.621

Demonstração do resultado abrangente

Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020
Lucro líquido do período	376.681	710.423	280.716	489.122
Outros resultados abrangentes Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado				
Realização da reserva de reavaliação	(3.340)	(10.020)	-	-
Resultado de hedge accounting de fluxo de caixa	(2.919)	4.811	(7.901)	(7.382)
Outros resultados abrangentes do período, líquido de impostos	(6.259)	(5.209)	(7.901)	(7.382)
Total resultados abrangentes	370.422	705.214	272.815	481.740

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

					_		R	eservas de luc	ros			
	<u>-</u>	Capital social	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Legal	Incentivos fiscais	Reserva de lucros a realizar	Reserva de investimentos	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	1.624.459		94.285	(1.735)	78.105	261.610	39.276	1.051.143	154.731		3.301.874
Realização da reserva de reavaliação Dividendos adicionais propostos distribuídos Lucro líquido do período Resultado abrangente do período Resultado de hedge accounting de fluxo de caixa		- - -	- - -	(9.127)	(3.739)	- - -	- - -	- - -	- - -	(154.731)	9.127 - 489.122	(154.731) 489.122 (3.739)
Resultado de neage accominis de navo de caixa	-				(3.737)							(3.737)
Saldos em 30 de setembro de 2020	-	1.624.459		85.158	(5.474)	78.105	261.610	39.276	1.051.143		498.249	3.632.526
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	1.624.459	15.025	81.269	(1.286)	108.729	367.667	39.276	983.299	154.740		3.373.178
Valor justo das opções de compra - Vesting period Realização da reserva de reavaliação Dividendos adicionais distribuídos Lucro líquido do período Dividendos intermediários pagos Resultado abrangente do período Resultado de hedge accounting de fluxo de caixa	22.4 22.3 22.2	- - - -	4.884 - - - -	- (10.020) - -	- - - - -		- - - - -		- - - (61.899)	- (154.740) - -	10.020 - 710.423 (269.462)	4.884 - (154.740) 710.423 (331.361) 4.811
Saldos em 30 de setembro de 2021	_	1.624.459	19,909	71.249	3.525	108.729	367.667	39.276	921.400		450.981	3.607.195

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

uxo de caixa das atividades operacionais	30/09/2021	30/09/2020
uxo de caixa das advidades operacionais Lucro líquido do período	710.423	489.122
Ajustes para:		
Amortização	252.733	228.825
Baixa de intangível, financeiro e contratual	(4.011)	(8.805)
Atualização do ativo financeiro Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	(220.609) 372.880	(20.085) 605.392
Resultado de instrumentos derivativos	(23.632)	(382.965)
Ajuste a valor presente	15.607	15.970
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	119.188	142.228
Atualização de provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	3.736	14.879
Provisão e atualização de processos cíveis, fiscais e trabalhistas	5.095	5.254
Provisão e atualização de encargos setoriais	25.187	33.259
Valores a (receber) pagar de parcela A e outros itens financeiros	(676.171)	318.017
Rendimentos de aplicações financeiras	(69.929)	(36.577)
Imposto de renda e contribuição social correntes Imposto de renda e contribuição social diferidos	114.936 83.810	25.158 157.557
Participação nos lucros	18.223	19.576
Plano de aposentadoria e pensão	11.798	17.570
Valor justo das opções de compra	8.029	-
Atualização da sub-rogação da CCC	(6.357)	-
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	740.936	1.606.805
Variações em: Contas a receber de clientes	(296.314)	(7/1115)
Contas a receber de clientes Contas a receber - bandeiras tarifárias	(470.314)	(74.115) 1.291
Serviços pedidos	(5.213)	(13.068)
Depósitos judiciais	(13.033)	29.079
Aquisição de combustível - conta CCC	(31.686)	9.512
Almoxarifado	(35.645)	(11.871)
Impostos e contribuições a recuperar	(32.641)	(7.005)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	(23.776)	(7.991)
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	166.747	-
Outros créditos a receber	(27.970)	(173.746)
Fornecedores	201.261	(49.104)
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	(9.438)	7.604
Impostos e contribuições a recolher Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	215.631 (14.140)	80.811 (27.541)
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	376.602	(27.541)
Encargos setoriais	(306.944)	(40.499)
Contribuição de iluminação pública	(6.075)	10.469
Participação nos lucros	(18.969)	(24.420)
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	(7.510)	(8.759)
Outras contas a pagar	68.558	(14.051)
Caixa proveniente (utilizado) das atividades operacionais	199.445	(313.404)
Juros recebidos	4.175	-
Juros pagos	(144.607)	(102.388)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	799.949	1.191.013
uxo de caixa de atividades de investimento	(722.767)	(471 222)
Aquisições nos ativos de contrato Adições de obrigações especiais	(723.767)	(471.223) 165.883
Adições de obrigações especiais Aplicações financeiras	92.115 (337.307)	(121.628)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(968.959)	(426.968)
uxo de caixa de atividades de financiamento	(383.232)	(11.725)
A mortização do ampráctimos a financiamentos		(11.735) 440.000
Amortização de empréstimos e financiamentos Cantação de empréstimos e financiamentos	678.681	
Captação de empréstimos e financiamentos	678.681 (94)	(47,475)
* *	(94) (220.717)	
Captação de empréstimos e financiamentos Amortização de valores pagos de acordos com plano de recuperação judicial	(94)	
Captação de empréstimos e financiamentos Amortização de valores pagos de acordos com plano de recuperação judicial Dividendos pagos Dividendos intermediários pagos Amortização do passivo de arrendamento	(94) (220.717) (331.361) (5.452)	(176.602)
Captação de empréstimos e financiamentos Amortização de valores pagos de acordos com plano de recuperação judicial Dividendos pagos Dividendos intermediários pagos Amortização do passivo de arrendamento Partes relacionadas - Liberações de mútuos	(94) (220.717) (331.361) (5.452) (10.000)	(176.602)
Captação de empréstimos e financiamentos Amortização de valores pagos de acordos com plano de recuperação judicial Dividendos pagos Dividendos intermediários pagos Amortização do passivo de arrendamento Partes relacionadas - Liberações de mútuos Partes relacionadas - Recebimento de mútuos	(94) (220.717) (331.361) (5.452) (10.000) 130.000	(176.602)
Captação de empréstimos e financiamentos Amortização de valores pagos de acordos com plano de recuperação judicial Dividendos pagos Dividendos intermediários pagos Amortização do passivo de arrendamento Partes relacionadas - Liberações de mútuos Partes relacionadas - Recebimento de mútuos Recebimento de instrumentos financeiros	(94) (220.717) (331.361) (5.452) (10.000)	(176.602) - (5.492) - -
Captação de empréstimos e financiamentos Amortização de valores pagos de acordos com plano de recuperação judicial Dividendos pagos Dividendos intermediários pagos Amortização do passivo de arrendamento Partes relacionadas - Liberações de mútuos Partes relacionadas - Recebimento de mútuos	(94) (220.717) (331.361) (5.452) (10.000) 130.000 52.002	(176.602) - (5.492) - - - - - 198.696
Captação de empréstimos e financiamentos Amortização de valores pagos de acordos com plano de recuperação judicial Dividendos pagos Dividendos intermediários pagos Amortização do passivo de arrendamento Partes relacionadas - Liberações de mútuos Partes relacionadas - Recebimento de mútuos Recebimento de instrumentos financeiros Fluxo de caixa líquido proveniente (utilizado) das atividades de financiamento imento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(94) (220,717) (331,361) (5.452) (10,000) 130,000 52,002 (90,173) (259,183)	(176.602) (5.492) - - - - - - - - - - - - - - - - - - -
Captação de empréstimos e financiamentos Amortização de valores pagos de acordos com plano de recuperação judicial Dividendos pagos Dividendos intermediários pagos Amortização do passivo de arrendamento Partes relacionadas - Liberações de mútuos Partes relacionadas - Recebimento de mútuos Recebimento de instrumentos financeiros Fluxo de caixa líquido proveniente (utilizado) das atividades de financiamento	(94) (220.717) (331.361) (5.452) (10.000) 130.000 52.002 (90.173)	(47.475) (176.602) (5.492) - - - - - - - - - - - - - - - - - - -

Demonstração do valor adicionado

Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	30/09/2021	30/09/2020
Receitas		
Vendas de produtos e serviços e receitas de construção	7.363.571	5.539.382
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	(119.188)	(142.228)
Provisão para processos cíveis fiscais e trabalhistas	-	(15.631)
Outras despesas (receitas) operacionais	-	(9.052)
Outras despesas (receitas) não recorrentes		(3.855)
	7.244.383	5.368.616
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(3.538.120)	(2.295.167)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(341.079)	(277.196)
Subvenção-CCC	10.373	(98.500)
Outras despesas	(27.892)	-
	(3.896.718)	(2.670.863)
Valor adicionado bruto	3.347.665	2.697.753
valor adicionado bruto		2.077.700
A monting of a	(252 733)	(220 126)
Amortização	(252.733)	(229.126)
	2 004 022	2.469.627
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	3.094.932	2.468.627
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	428.932	543.977
	428.932	543.977
Valor adicionado total a distribuir	3.523.864	3.012.604
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Remuneração direta	79.310	83.992
Benefícios FGTS	29.361 8.506	27.488 6.557
Outros	6.500	(13.704)
	117.177	104.333
Tributos		
Federais	871.015	745.887
Estaduais Municipais	1.153.190 961	985.413 776
Municipais	2.025.166	1.732.076
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	520.687	603.285
Aluguéis	319	1.926
Encargos com partes relacionada Outros	4.793 145.299	4.384 77.478
Outros	671.098	687.073
Remuneração de capitais próprios	0/1.050	007.073
,		
Dividendos	269.462	-
Lucros retidos	440.961	489.122
	710.423	489.122
Valor adicionado	3.523.864	3.012.604

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia" ou "Equatorial Pará"), sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de Belém, no estado do Pará, controlada pela Equatorial Energia Distribuição S.A. A Companhia é a concessionária do serviço público de distribuição e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade na área de concessão que abrange todo o estado do Pará, com 1.245.871 km²(*), atendendo, em 30 de setembro de 2021, 2.794.172 (*) consumidores em 144 municípios, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. A Companhia possui suas ações negociadas unicamente no Mercado de Balcão Organizado da B3.

(*) referente ao total de consumidores considerando os mercados cativo e livre, não revisado.

1.1 Impactos da Covid-19

Em março de 2020, foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) a pandemia da Covid-19. Desde então, a Companhia tem acompanhado a propagação do vírus no Brasil e no mundo e seus impactos na economia.

Em 25 de março de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 878/2020 em resposta às medidas de isolamento social e restrição à mobilidade, autorizou a flexibilização até 30 de junho de 2020 de algumas obrigações do contrato de concessão, tais como vedação a suspensão de fornecimento por inadimplemento de unidades consumidores, que abrange clientes residenciais e serviços essenciais. Em 21 de julho de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 891/2020, suspendendo a vedação do corte por motivo de inadimplência, com exceção dos consumidores da classe de consumo Baixa Renda, que mantiveram-se protegidos pela cláusula de proibição ao corte até o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, conforme Decreto Legislativo nº 6.

Em 01 de abril de 2021, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 928/2021 que novamente estabeleceu medidas para preservação da prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência da Covid-19 e revogou as Resoluções Normativas nº 878; nº 886; e nº 891. Com essa resolução, ficou novamente vedada a suspensão de fornecimento por inadimplemento para alguns casos, como por exemplo, das unidades consumidoras das subclasses residenciais baixa renda e onde existam pessoas usuárias de equipamentos de autonomia limitada, vitais à preservação da vida humana e dependentes de energia elétrica. Essas medidas estariam vigentes até 30 de julho de 2021, porém com a publicação da Resolução Normativa nº 936/2021, realizada em 15 de junho de 2021, foram prorrogadas por mais 90 dias, permanecendo vigente até o dia 30 de setembro de 2021.

A Companhia tomou diversas medidas de prevenção para seus colaboradores, evitando que se exponham a situações de risco, como através do cancelamento de viagens nacionais e internacionais, adoção de *home office* e rodízio de colaboradores para evitar aglomerações, utilizações de meios de atendimentos remotos, dentre outras. A Companhia continuará atendendo às orientações dos órgãos competentes e poderá adotar novas medidas preventivas, com foco na segurança de seus colaboradores.

A Companhia apresenta abaixo os principais efeitos financeiros e econômicos da Covid-19 e continua monitorando a evolução da situação e seus impactos. Por ser uma Companhia regulada, tem o seu equilíbrio econômico e financeiro garantido no contrato de concessão.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

Dentre os efeitos pode-se citar:

Foco nos colaboradores:

- (i) Criação de um Comitê de Crise com o objetivo de monitorar os efeitos da crise bem como avaliar medidas a serem tomadas para minimizar tais impactos nos negócios da Companhia;
- (ii) Aplicação de regime de home office para todos os trabalhadores cuja função possibilite esta modalidade de trabalho. O retorno presencial ocorreu após o avanço da vacinação e redução dos diagnósticos de casos e mortes decorrentes do Covid-19 no Brasil. A administração tomou as medidas necessárias para que o retorno dos colaboradores ocorresse de forma segura;
- (iii) Para as áreas que realizavam suas atividades em centros de operações, houve uma reavaliação do espaçamento e ajuste nas posições de trabalho, de forma a garantir a distância adequada e evitar aglomerações;
- (iv) Suspensão de reuniões e treinamentos presenciais, partindo para videoconferência, no período de isolamento;
- (v) Distribuição de *kit* de higienização para veículo e *kit* de higienização pessoal para os colaboradores que atuam em campo;
- (vi) Disponibilização de máscaras para os colaboradores atuando nas unidades e em campo;
- (vii) Verificação de temperatura corpórea dos colaboradores;
- (viii) Suspensão das viagens internacionais e nacionais, exceto em casos de extrema necessidade;
- (ix) Reforço na higienização dos ambientes de trabalho, obedecendo as orientações da OMS e Ministério da Saúde; e
- (x) Implantação da telemedicina ocupacional na Companhia.

Foco nos negócios:

- (i) Reavaliação dos gastos gerenciáveis e dos investimentos na distribuição para o ano corrente em função do cenário de pandemia;
- (ii) Ampliação dos serviços disponibilizados pelos canais digitais, com destaque para implantação do pagamento pelo cartão de crédito no *website* da Companhia e possibilidade de cadastramento do consumidor de baixa renda pelo canal de atendimento via aplicativo *WhatsApp*;
- (iii) Lançamento de campanha de adimplência para os consumidores, com sorteio de vale compras, vale energia e um carro no período de um ano.
- (iv) Fornecimento e perdas de energia: No terceiro trimestre de 2021, houve redução de perda não técnica em torno de 33 GWh (decorrente da diferença entre energia fornecida e faturada) se comparado ao mesmo período do ano anterior. Adicionalmente, o consumo de energia elétrica dos mercados cativo e livre apresentou crescimento de 3% no terceiro trimestre, impactado principalmente pelo comportamento das classes residencial e comercial que contribuíram com um incremento de 84 GWh quando comparado ao mesmo período do ano anterior. A classe residencial mostrou-se perseverante mesmo após o período crítico da pandemia com crescimento de 4,5%. E, a classe comercial apresentou grande retomada com crescimento expressivo de 7,2% frente ao ano de 2020;
- (v) Sobrecontração: A Companhia está com um nível de cobertura contratual de 105,12%, que está dentro do limite de repasse para tarifas; e

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

(vi) Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD): A partir de 1º de outubro de 2021, a ANEEL liberou a suspensão de fornecimento para os beneficiários da tarifa social, baixa renda, que estava previsto na Resolução nº 936/2021. Nesse contexto, a Companhia antecipou uma Campanha de Negociação com condições diferenciadas para proporcionar a regularização das dívidas dos clientes Baixa Renda, e evitar a suspensão de fornecimento dessa classe de consumo. A Companhia intensificou as ações de modo a aumentar a eficiência do seu processo de cobrança, tais como: envio de SMS, e-mail, corte, recorte, *call center*, assessoria de cobrança, negativação, protesto e visita. Essas ações de cobrança contribuíram para a redução da inadimplência em 2021, mantendo a PECLD em patamares históricos.

1.2 Conta-Covid

Para aliviar parcialmente os impactos financeiros sofridos pelas distribuidoras por conta da pandemia, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 885/2020 que estabelece os critérios e os procedimentos para gestão da Conta-Covid, destinada a receber recursos para cobrir déficits ou antecipar receitas de distribuidoras, criada pelo Decreto 10.350 de 18 de maio de 2020. A Conta-Covid visa antecipar recursos financeiros para as distribuidoras via o mecanismo tarifário. Os seguintes itens foram considerados nos valores a serem antecipados: (i) sobrecontratação de energia; (ii) saldo de CVA em constituição, a serem constituídos e não amortizados reconhecida no processo tarifário anterior à publicação da Resolução; (iii) neutralidade dos encargos setoriais; (iv) postergação, até 30 de junho de 2020, da aplicação dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras homologados até essa data; (v) saldo não amortizado de diferimentos reconhecidos ou revertidos no processo tarifário anterior à publicação da Resolução; e (vi) antecipação de itens relativos à Parcela B.

Em 03 de julho de 2020, a Companhia aderiu à Conta-Covid e com essa adesão são aplicadas algumas restrições às distribuidoras, sendo elas: (i) vedação de requerimentos de suspensão ou redução dos volumes de energia elétrica adquiridos por contratos de compra e venda de energia elétrica com fundamento na diminuição do consumo devido à pandemia, verificada até dezembro de 2020; (ii) limitação, no caso de inadimplemento intrassetorial, de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio ao percentual mínimo legal de 25% do lucro líquido, preservada a constituição das reservas legal e para contingências; e (iii) renúncia ao direito de discutir, no âmbito judicial ou arbitral, as condições, procedimentos e obrigações estabelecidas nos preceitos legais e regulamentares sobre a Conta-Covid. Contudo, é preservado o direito de requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro.

Até 30 de setembro de 2021, conforme os Despachos 2.177/2020, 2.353/2020, 2.640/2020, 3.490/2020 e 046/2021 publicados pela ANEEL, a Companhia recebeu o montante de R\$ 524.218 da Conta-Covid, sendo:

	31/07/2020	12/08/2020	14/09/2020	14/12/2020	12/01/2021	Total	
Valor recebido	284.511	30.622	785	89.680	118.620	524.218	

A Companhia concluiu que o repasse da Conta-Covid é uma amortização diretamente pelo poder concedente, através da CCEE, de parcelas que, em situações normais, seriam recebidas posteriormente via tarifa após incluídas nos reajustes tarifários.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

Desta forma, via antecipação da parcela A e itens financeiros, a Companhia registrou acréscimo de caixa contra o recebimento do ativo financeiro setorial ou constituição de passivo financeiro setorial, em igual valor ao repasse dos recursos financeiros recebidos da CCEE. No caso dos passivos financeiros setoriais, esses serão amortizados quando do repasse dos efeitos da parcela A para o consumidor nos reajustes tarifários.

Vale relembrar que a Companhia trabalha com uma política de caixa conservadora, que busca manter a liquidez robusta, mediante a realização de aplicações em instituições financeiras de primeira linha e em operações com baixo risco de crédito, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros.

2 Base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias relativas ao período findo em 30 de setembro de 2021 foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional *IAS 34 – Interim Financial Reporting*, emitido pelo *International Accounting Standards Board – IASB*., e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – ("CVM"), aplicáveis à elaboração das informações contábeis intermediárias.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas informações contábeis intermediárias. Desta forma, as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 10 de novembro de 2021.

2.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio de resultado, quando requerido nas normas.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações contábeis intermediárias da Companhia são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis intermediárias apresentadas em Real foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

3 Principais políticas contábeis

Essas informações contábeis intermediárias foram elaboradas segundo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações contábeis do último exercício social e devem ser analisadas em conjunto com a nota explicativa n° 4 – Principais politicas contábeis, das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020, as quais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2021	31/12/2020
Caixa e depósitos bancários à vista	67.434	37.473
Equivalentes de caixa		
Investimentos		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	577.650	391.764
Operações compromissadas	-	312.983
Fundo de investimento (a)		
Operações compromissadas	-	196.339
Cotas fundos de investimentos	12	18.077
Certificado de Depósito Bancário – CDB	15.021	-
Letra Financeira	3.713	-
Títulos públicos	16.638	_
Fundo de investimento aberto (b)	17.946	961
Subtotal de equivalentes de caixa	630.980	920.124
Total	698.414	957.597

- (a) Referem-se a fundos de investimentos, Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e Operações Compromissadas, de alta liquidez e possuem baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Adicionalmente, os fundos de investimento são aplicações em cotas (FIC), administrados pela instituição financeira, que aloca seus recursos em cotas de diversos fundos abertos de baixo risco, insignificante variação de rentabilidade e alta liquidez, não tendo participação relevante e gestão no patrimônio líquido do fundo aplicado, ou seja, sem exceder 10% do Patrimônio Líquido. Logo, esses investimentos são classificados como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03(R2) /IAS 7 Demonstrações de Fluxo de Caixa; e
- (b) Os fundos de investimentos abertos são compostos por ativos como Operações Compromissadas e Títulos Públicos. Estes fundos são utilizados no fluxo financeiro de curto prazo da Companhia, não constituindo em aplicações de médio ou longo prazos, nem estão sujeitos a significantes variações no valor, sendo prontamente conversíveis em caixa e equivalentes conforme CPC 03 (R2) / IAS 7 Demonstrações de Fluxo de Caixa.

A carteira global é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e a rentabilidade média ponderada acumulada no período da carteira, no período findo em 30 de setembro de 2021, equivale a 102,23% do CDI (96,20% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

5 Aplicações financeiras

	30/09/2021	31/12/2020
Circulante		
Fundos de investimentos (a)		
Cotas de fundos de investimento	1.478.649	1.215.133
Letra Financeira	127.280	-
Títulos públicos	115.879	167.262
Fundo aberto (b)	181.211	113.873
Total circulante	1.903.019	1.496.268
Não circulante		
Títulos e valores mobiliários (c)	24.956	24.471
Total não circulante	24.956	24.471
Total	1.927.975	1.520.739

- (a) Os fundos de investimentos representam operações em instituições financeiras de primeira linha e possuem vencimentos superiores a três meses e/ou são mantidos com a finalidade de investimentos para construção de projetos de infraestrutura na prestação dos serviços da concessão. São compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia. Adicionalmente, os fundos de investimentos são aplicações em cotas (FIC), administrados pela instituição financeira, que alocam seus recursos em cotas de diversos fundos abertos com suscetibilidade de variação do valor. A Companhia não possui gestão e controle direto sobre exposição, direitos, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor dos retornos sobre esses investimentos, tampouco participação relevante (limite máximo de 10% do Patrimônio Líquido) conforme CPC 36 (R3) / IFRS 10 Demonstrações Consolidadas;
- (b) Os fundos de investimentos abertos são compostos por ativos como Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), operações compromissadas, títulos públicos e depósitos a prazo e outros títulos de instrumentos financeiros; e
- (c) Referem-se às aplicações restritas a garantia de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos públicos.

A carteira global é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada acumulado no período da carteira, no período findo em 30 de setembro de 2021, equivale a 104,34% do CDI (90,73% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

6 Contas a receber de clientes

6.1 Composição dos saldos

		30/09	9/2021			31/12	/2020	
		Venc	idos			Venc	idos	
			Mais de 90				Mais de 90	
	A vencer	Até 90 dias	dias	Total	A vencer	Até 90 dias	dias	Total
Residencial	184.750	212.389	735.819	1.132.958	141.723	170.193	695.705	1.007.621
Industrial	67.700	8.194	94.192	170.086	53.286	6.372	93.389	153.047
Comercial	121.380	36.343	179.049	336.772	103.130	30.325	161.553	295.008
Rural	16.750	20.906	114.349	152.005	10.938	16.061	102.032	129.031
Poder público	54.269	13.021	34.783	102.073	28.355	13.976	28.410	70.741
Iluminação pública	7.702	1.583	12.664	21.949	10.280	1.546	12.172	23.998
Serviço público	16.078	5.666	13.916	35.660	12.774	5.981	11.917	30.672
Contas a receber de consumidores faturados	468.629	298.102	1.184.772	1.951.503	360.486	244.454	1.105.178	1.710.118
Residencial	504.188	39.197	364.196	907.581	527.063	41.669	331.196	899.928
Industrial	18.939	1.654	30.779	51.372	22.100	1.814	30.375	54.289
Comercial	57.565	5.328	59.259	122.152	78.458	7.158	54.218	139.834
Rural	22.597	2.629	27.503	52.729	22.557	2.672	24.981	50.210
Poder público	65.870	485	4.691	71.046	67.110	1.986	4.239	73.335
Iluminação pública	15.253	436	1.011	16.700	14.211	195	501	14.907
Serviço público	44.195	288	2.196	46.679	47.391	814	1.415	49.620
Parcelamentos (a)	728.607	50.017	489.635	1.268.259	778.890	56.308	446.925	1.282.123
Contas a receber de consumidores não faturados (b)	231.792	-	-	231.792	180.658	-	-	180.658
Baixa renda (c)	49.835	-	-	49.835	43.821	-	-	43.821
Outras	136.955	-	-	136.955	125.310	-	-	125.310
Total	1.615.818	348.119	1.674.407	3.638.344	1.489.165	300.762	1.552.103	3.342.030
(-) Perdas esperadas para redução ao valor recuperável do contas a receber	(253.927)	(65.187)	(1.277.785)	(1.596.899)	(258.114)	(63.517)	(1.158.837)	(1.480.468)
Total contas a receber clientes	1.361.891	282.932	396.622	2.041.445	1.231.051	237.245	393.266	1.861.562
Circulante Não circulante (d)				1.706.766 334.679				1.513.118 348.444

- (c) Os parcelamentos são referentes às renegociações de faturas em atraso e possuem juros de até 1% a.m.. Os valores dos juros são reconhecidos no recebimento da parcela, por isso não há necessidade de aplicação do ajuste a valor presente;
- (d) Corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura, que em alguns casos após o período de encerramento contábil;
- (e) O Governo Federal, por meio das Leis nº 12.212 e nº 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda; e
- (f) Os parcelamentos a vencer a partir de outubro de 2022, no valor de R\$ 439.501 (R\$ 459.182 em 31 de dezembro de 2020) e outras contas a receber, no valor de R\$ 19.733 (R\$ 19.394 em 31 de dezembro de 2020), estão classificados no ativo não circulante e apresentados líquidos de perdas esperadas para redução ao valor recuperável, no montante de R\$ 124.555 (R\$ 130.132 em 31 de dezembro de 2020).

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

6.2 Perdas esperadas para redução ao valor recuperável do contas a receber

			Reversões	
	31/12/2020	Provisões (a)	(baixas) (a)	30/09/2021
Contas a receber de consumidores faturados	835.114	90.753	(6.289)	919.578
Parcelamentos	588.501	31.015	(7.169)	612.347
Contas a receber de consumidores não faturados	11.472	14.719	(11.472)	14.719
Outras	45.381	53.624	(48.750)	50.255
Total	1.480.468	190.111	(73.680)	1.596.899
			Reversões	
	31/12/2019	Provisões	Reversões (baixas)	30/09/2020
Contas a receber de consumidores faturados	31/12/2019 728.078	Provisões 127.082		30/09/2020 816.108
Contas a receber de consumidores faturados Parcelamentos			(baixas)	
	728.078	127.082	(39.052)	816.108
Parcelamentos	728.078 488.517	127.082 50.760	(39.052) (7.834)	816.108 531.443

⁽a) O efeito líquido no período findo em 30 de setembro de 2021, referente à provisão e reversão de provisão de perda ao valor recuperável do Contas a receber foi de R\$ 116.431 (R\$ 157.104 em 30 de setembro de 2020), sendo R\$ 119.188 (R\$ 142.228 em 30 de setembro de 2020) no resultado operacional, R\$ 3.736 (R\$ 14.876 em 30 de setembro de 2020) decorrente de juros de mora a receber contabilizado no resultado financeiro. O montante reconhecido no resultado operacional contempla R\$ 6.493 de provisão de outros créditos a receber.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

7 Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros

	31/12/2020	Constituição	Amortização	Atualização	Repasse covid	Créditos de PIS/COFINS	Recebimento CCBRT (g)	30/09/2021
Parcela A CDE - Conta de desenvolvimento energético PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas	7.420	12.165	(9.139)	370	-	-	-	10.816
de energia elétrica	(5.336)	8.912	3.790	136	-	-	-	7.502
Rede básica	57.417	29.583	(23.822)	1.626	-	-	-	64.804
Compra de energia CVA (a)	170.978	438.180	(78.638)	4.051	-	-	(213.974)	320.597
ESS - Encargos do serviço do sistema (b)	25.468	153.431	(9.470)	1.407	-	-	(40.658)	130.178
Repasse Covid (c)	(188.591)		113.369	(6.374)	(118.620)			(200.216)
	67.356	642,271	(3.910)	1.216	(118.620)		(254.632)	333.681
Itens financeiros								
Sobrecontratação de energia (d)	(85.138)	(112.482)	25,216	(1.443)	_	_	_	(173.847)
Neutralidade	(13.724)	(2.920)	2.725	(460)	_	_	-	(14.379)
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(186.298)	(20.364)	47.215	(3.498)				(162.945)
Acordo bilateral (e)	59.274	(20.304)	(59.274)	(3.490)	-			(102.943)
Risco Hidrológico	(1.056)		(25.869)	(4.146)	-			(31.071)
Repasse Covid (c)	(94.837)	_	94.651	(29)	_	-	_	(215)
Compensação créditos PIS/COFINS (f)	(24.031)	-	97.942	(2)	_	(97.942)	-	(213)
Outros	3.132	1.574	(2,260)	16	_	()1.542)	(3.350)	(888)
Outos	(318.647)	(134.192)	180.346	(9.560)		(97.942)	(3.350)	(383.345)
	(318.047)	(134.172)	100.540	(3.500)		(91.942)	(3.330)	(303.343)
Total	(251.291)	508.079	176.436	(8.344)	(118.620)	(97.942)	(257.982)	(49.664)
Circulante.								
Valores a receber	321.473							434,660
Valores a pagar	(402.457)							(434.710)
								(50)
Efeito liquido passivo	(80.984)							(50)
Não circulante								
Valores a receber	227.882							254.692
Valores a pagar	(398.189)							(304.306)
Efeito liquido passivo	(170.307)							(49.614)
Efeito líquido total	(251.291)							(49.664)

⁽a) O saldo da CVA (compensação de variação de itens da parcela A) de energia teve como movimentação as constituições positivas dos custos com efeito disponibilidade, risco hidrológico e exposição financeira repassados às distribuidoras para atendimento do mercado, gerando uma CVA positiva no período de R\$ 437.173. Os contratos de energia tiveram constituições positivas de R\$1.007, o que reflete um preço médio de pagamento maior em relação à cobertura tarifária, esse resultado é devido ao aumento dos despachos térmicos no último trimestre, o que elevam a parcela variável dos contratos de energia por disponibilidade gerando efeito líquido de constituição de CVA positivo em R\$ 438.180. O impacto da amortização para esse período foi negativo em R\$ 78.638;

⁽b) O Encargo de Serviço do Sistema-ESS está relacionado ao pagamento de Usinas Térmicas despachadas e que operam com o preço de compra acima do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças). A medida de despachar essas térmicas é tomada pelo Operador Nacional do Sistema-ONS para garantir a segurança energética do sistema. No processo de revisão tarifária da Companhia, o valor de previsão desse encargo concedido pela ANEEL foi inferior aos custos efetivamente pagos. Com isso, em 30 de setembro de 2021, a conta de Encargos de Serviços de Sistema (ESS) resultou em uma constituição ativa de R\$ 153.431, sendo composto por R\$ 184.215 referente à constituição de CVA ESS, R\$ (28.741) associado ao passivo do excedente financeiro de energia de reserva e R\$ (2.043) referente ao repasse de bandeira ESS; O impacto da amortização do período foi de R\$ (9.470);

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

- (c) Referem-se aos repasses da Conta-Covid por meio dos Despachos 2.177, 2.353, 2.640, 3.490/2020 e 046/2021 representados, principalmente, por: (i) R\$118.620 valor recebido em 12 de janeiro de 2021, conforme o Despacho 046/2021 e (ii) R\$ 208.020 de impacto da amortização do período;
- (d) A constituição do saldo de R\$ (112.482) deve-se à venda no mercado de curto prazo a um PLD médio de R\$ 585,87/MWh superior ao preço médio de compra de energia da distribuidora R\$ 191,57 R\$/MWh. Com um impacto positivo da amortização no período de R\$ 25.216;
- (e) Acordos Bilaterais com Geradoras (CCEAR). Trata-se de efeito tarifário decorrente de acordos bilaterais entre distribuidora de energia e geradoras, signatárias de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado CCEAR, nos termos da REN 711/2016, de modo a prover mecanismo adicional de adequação dos níveis de contratação de energia. No Reajuste Tarifário 2021 não houve constituição desse ativo, com isso a Companhia não apresenta saldo em 30 de setembro de 2021;
- (f) Deve-se à amortização dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS, conforme previsto no Despacho 361, de 9 de fevereiro de 2021. Veja nota explicativa nº 21 PIS/COFINS a serem restituídos aos consumidores; e
- (g) No período houve o recebimento CCBRT no montante de R\$ 257.982. A bandeira tarifária é uma forma de antecipação do reajuste seguinte, quando ocorre o faturamento de bandeira tarifária ou mesmo recebimento via conta centralizadora (CCBRT), onde tais valores são baixados da receita de CVA para não cobrar futuramente no reajuste. Quanto à realização, os valores apurados de Energia ÆSS/Sobrecontratação, que possuíram cobertura de bandeira tarifária no período, são homologados pela ANEEL pelo valor líquido e a realização (amortização) ocorre mensalmente pelos faturamentos da tarifa vigente. Quando ocorre o faturamento da bandeira tarifária aos consumidores, impacta a receita da Companhia positivamente e ao mesmo tempo reduz a receita de CVA. Já quando ocorre recebimento de bandeira tarifária da conta centralizadora, impacta a receita de doação positivamente e reduz a receita de CVA. Para maiores informações, veja detalhamento na nota explicativa nº 28.5.g) Risco de escassez de energia (Risco hidrológico).

Anualmente, no mês de agosto, a ANEEL apura o novo índice do reajuste tarifário da Companhia adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão). Através da Resolução Homologatória nº 2.920, de 03 de agosto de 2021, a ANEEL homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia, as Tarifas de Energia – TE e as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD. As novas tarifas entraram em vigor no dia 07 de agosto de 2021, possuem vigência até 06 de agosto de 2022.

Neste processo, as CVA contabilizadas pela Companhia são validadas, devendo ser feita a baixa das diferenças apuradas entre o valor apurado pela Companhia e o concedido pela ANEEL no mesmo período. A apuração das diferenças desses diversos pontos é chamada de efeito do reajuste na Companhia.

As tarifas de aplicação da Companhia, constantes da Resolução Homologatória no 2.920, de 03 de agosto de 2021, foram, reajustadas em 9,01%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores /usuários /agentes supridos pela Distribuidora.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

8 Impostos e contribuições a recuperar

	30/09/2021	31/12/2020
ICMS a recuperar (CIAP) (a)	47.293	51.921
INSS	1.668	6.498
PIS e COFINS a recuperar (ICMS) (b) – Nota explicativa nº 21	421.317	348.334
Outros	13.032	12.979
Total circulante	483.310	419.732
ICMS a recuperar (CIAP) (a)	94.047	52.020
PIS e COFINS a recuperar (ICMS) (b) – Nota explicativa nº 21	67.322	390.146
Outros	2.493	2.474
Total não circulante	163.862	444.640
Total	647.172	864.372

- (a) A Companhia possui impostos a recuperar referentes a créditos de ICMS sobre aquisição de materiais destinados ao ativo operacional, apropriados à proporção de 1/48 avos; e
- (b) A Companhia possui ativo referente a PIS/COFINS a recuperar de R\$ 488.639, líquido de compensação com impostos federais (R\$ 738.480 em 31 de dezembro de 2020), baseada na opinião de seus assessores jurídicos após publicação do Acórdão do julgamento do Recurso extraordinário julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), e suportado pelo trânsito em julgado da ação, conforme nota explicativa nº 21. Este saldo será realizado mediante compensação dos seguintes tributos federais: imposto de renda e contribuição social, PIS e COFINS e retenções federais.

Em 24 de setembro de 2021, o Superior Tribunal Federal – STF decidiu, por unanimidade, pela inconstitucionalidade da incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores atinentes à atualização pela taxa SELIC em razão de repetição de indébito tributário. A Companhia avaliou junto com seus assessores tributários e concluiu sobre a imaterialidade dos valores líquidos, visto a existência de atualizações monetárias ativas e passivas sobre o mesmo mérito. A administração continuará a monitorar o tema e a evolução da jurisprudência sobre o tratamento fiscal da correção sobre as atualizações monetárias dos valores a restituir aos consumidores, que em 30 de setembro de 2021 compensam a possível base para restituição de IR e CS sobre as atualizações monetárias ativas.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

9 Partes relacionadas

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia possui movimentações com partes relacionadas, principalmente dos contratos de compartilhamentos, dividendos, empréstimos, entre outros, com as Companhias descritas abaixo:

	_		30/09/2021	31/12/2020	30/09/2020
Empresas	Notas	Ativo	Efeito no resultado	Ativo	Efeito no resultado
Outros créditos a receber		(passivo)	receita (despesa)	(passivo)	receita (despesa)
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	3.169	9,907	1.911	736
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	717	2.241	432	
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	1.166	3,644	719	_
Equatorial Transmissão S.A.	(a)	779	-	-	-
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(a)	25	92	21	10
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(a)	27	98	23	12
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(a)	31	113	27	12
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(a)	60	221	52	26
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(a)	24	90	21	11
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(a)	28	105	25	11
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(a)	24	89	21	10
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(a)	38	139	23	16
Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA	(a)	40	147	84	-
Total		6.128	16.886	3.369	844
Empréstimos mútuos ativos ¹					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(b)	41.318	1.309	40.009	
•		30.000	1.553	40.003	_
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A	(c)				-
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(d)	61.144	2.382	151.238	-
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.		- 122 152	136	20.007	
Total		132.462	5.380	251.257	
Fornecedores					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Serviços S.A.	(e)	(4.226)	(20.510)	(3.907)	(7.636)
Equatorial Telecomunicações Ltda.	(f)	(709)	(5.150)	(967)	(135)
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(g)	(2.318)	(12.573)	-	-
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(h)	(171)	(1.250)	(197)	-
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(h)	(156)	(1.158)	(180)	-
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(h)	(236)	(761)	-	-
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A	(h)	(291)	(2.751)	(460)	-
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A	(h)	(194)	(1.383)	-	-
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A	(h)	(183)	(1.179)	-	-
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(h)	(2.739)	(16.150)	(2.088)	-
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(h)	(1.280)	(10.061)	(1.628)	-
Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA	(h)	(320)	(2.254)	(352)	-
Outros tipos de partes relacionadas	45		(0. <0. = 0		(2.255)
Geradora de Energia do Maranhão S.A.	(i)	(10.000)	(9.607)	(0.550)	(2.255)
Total		(12.823)	(84.787)	(9.779)	(10.026)
Outras contas a pagar					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	(1.313)	(2.241)	(361)	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	(1.665)	(4.700)	(903)	-
Equatorial Transmissão S.A.	(a)	-	-	(440)	-
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	(10.517)	(25.636)	(8.966)	(688)
Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA Entidade é plano de benefício pós-emprego	(a)	(46)	(68)	-	-
Equatorial Energia Fundação de Previdência	(j)	_	(2.340)		(1.963)
Total	())	(13.541)	(34.985)	(10.670)	(2.651)
Empréstimos					
Outros tipos de partes relacionadas					
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras					(1.415)
Total		<u> </u>	<u>-</u> _		(1.415)

¹ Em 31 de dezembro de 2020, os saldos de empréstimos mútuos ativos no montante de R\$ 251.257 foram apresentados compondo a rubrica de outros créditos a receber no ativo não circulante. E, no período findo em 30 de setembro de 2021, houve reclassificação para a melhor apresentação, sendo o saldo de empréstimos mútuos destacado no Balanço Patrimonial no Ativo Circulante, considerando expectativa de liquidação até o exercício seguinte.

Valores a nagar de acordo com plano de recuperação

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

valores a pagar de acordo com plano de recaperação					
judicial					
Controladora indireta					
Equatorial Energia S.A	(k)	(120.487)	(1.431)	(10.051)	(362)
Outros tipos de partes relacionadas					
Centrais Elétricas Brasileiras S.A Eletrobras	(1)	(489.866)	(54.708)	(490.791)	(28.895)
Total		(610.353)	(56.139)	(500.842)	(29.257)
Dividendos a pagar					
Controladora direta					
Equatorial Energia Distribuição S.A		-	-	(63.851)	-
Controladora indireta					
Equatorial Energia S.A		(261)	-	(261)	-
Outros tipos de partes relacionadas					
Centrais Elétricas Brasileiras S.A Eletrobras		-	-	(655)	-
Outros (minoritários)		(321)	<u> </u>	(1.792)	-
Total	(m)	(582)	•	(66.559)	-

- (a) O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações e, compartilhamento de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução Normativa da ANEEL nº 699/2016. De acordo com a Nota Técnica no 15/2018–SFF/ANEEL, processo nº 48500.000377/2018-91, as despesas liquidas para a Companhia estão limitadas ao montante de R\$ 82.962 mil ao ano, por um período de 60 meses;
- (b) Empréstimo mútuo realizado com a Equatorial Transmissora 3 SPE no montante de R\$ 40.000, a uma taxa correspondente de CDI + 1% a.a., com vigência de 24 (vinte e quatro) meses, contados de 9 de abril de 2020. Em 30 de setembro 2021, o saldo a receber totaliza R\$ 41.318 (R\$ 40.009 em 31 de dezembro de 2020);
- (c) Empréstimo mútuo realizado com a Equatorial Transmissora 5 SPE no montante de R\$ 50.000 a uma taxa correspondente de CDI + 1% a.a., com vigência de 24 (vinte e quatro) meses, contados de 9 de abril de 2020. Em 30 de setembro 2021, o saldo a receber totaliza R\$30.000 (R\$ 40.003 em 31 de dezembro de 2020);
- (d) Empréstimo mútuo realizado com a Equatorial Transmissora 7 SPE no montante de R\$ 150.000, a uma taxa correspondente de CDI + 1% a.a., com vigência de 24 (vinte e quatro) meses, contados de 17 de setembro de 2020. Em 30 de setembro 2021, o saldo a receber totaliza R\$ 61.144 (R\$ 151.238 em 31 de dezembro de 2020):
- (e) Os valores com a Equatorial Serviços S.A. s\u00e3o provenientes do contrato de call center, administrativos e despesas incorridas, com prazo de dura\u00e7\u00e3o indeterminados;
- (f) A contratação de serviço é proveniente a serviços de telefonia, integração de telecomunicações de internet que usa os serviços de fibra ótica, serviços de recursos humanos, administrativos e despesas incorridas, durante tempo indeterminado;
- (g) Os valores com Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. são provenientes de compra de imobilizado;
- (h) Os valores são provenientes dos contratos de suprimento de energia elétrica que são pactuados em condições normais de mercado;
- (i) Os valores com Geradora de Energia do Maranhão S.A. ("Gera Maranhão") são provenientes do contrato de compra de energia elétrica CCEAR Nº 5564/2007 29431N 29432N, que é pactuado em condições normais de mercado, com vigência até 2025;
- (j) Os valores são provenientes das contribuições da patrocinadora da Companhia com sua Fundação de Previdência Complementar. As condições do plano de previdência da Equatorial Pará com a EQTPREV;
- (k) Valores provenientes da aquisição direta ou indireta dos créditos constantes no Plano de Recuperação Judicial da Companhia;
- (I) Em 1º de dezembro de 2014, o Juiz da 13ª Vara Civil de Belém decretou, com fundamento no que dispõe os arts. 61 e 63 da Lei 11.102/05, após manifestação do Administrador Judicial e do Ministério Público, como encerrada a recuperação judicial da Companhia. Essas obrigações só se encerram com seu cumprimento integral, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A.- Eletrobras, é detentora de créditos homologados no valor de R\$ 423.463, que serão quitado da seguinte forma: (i) carência para pagamento de principal e juros até agosto de 2019, com juros capitalizados; (ii) juros de 6% a.a. e pagos semestralmente a partir do último dia de setembro de 2019, e incidentes sobre o valor do saldo do principal; e (iii) pagamento do principal: (iii.a) de março de 2027 a setembro de 2030, inclusive, amortizações correspondentes a 5% a.a. do principal em parcelas semestrais; (iii.b) de março de 2031 a setembro de 2033, inclusive, amortizações correspondentes a 10% a.a. do principal ao ano, em parcelas semestrais; (iii.c) em setembro de 2034, o saldo de 50% (cinquenta por cento) do principal. Em 30 de setembro de 2021, o saldo a pagar bruto totaliza R\$ 640.349 (R\$ 649.955 em 31 de dezembro de 2020), o qual é apresentado líquido do ajuste a valor presente no montante de R\$ 150.483 (R\$ 159.164 em 31 de dezembro de 2020), veja detalhes na nota explicativa nº 19; e
- (m) A variação líquida negativa do período no montante de R\$ 65.977, refere-se à adição de R\$ 154.740 de dividendos adicionais propostos distribuídos e adição de R\$ 331.361 de dividendos intermediários (contrapartida no Patrimônio Líquido) e ao pagamento de dividendos no montante de R\$ 552.078.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

9.1 Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os Conselheiros de Administração, o Presidente e os Diretores. A remuneração anual total foi fixada em até R\$ 18.000, conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 29 de abril de 2021 (R\$ 15.000 em 29 de maio de 2020).

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração na categoria de benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Os benefícios pós-empregos estão descritos na nota explicativa nº 27 e referem-se aos planos de benefícios de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social.

Os diretores executivos possuem o benefício de plano de opção de compra de ações. As datas de vencimento e os preços de exercício das opções de compra de ações pelos diretores executivos e detalhes adicionais do plano estão apresentados na nota explicativa nº 22.4.

Proporção de cada elemento na remuneração total paga, referente ao período findo em 30 de setembro de 2021:

	Diretoria Estatutária	%	Total
Números de membros	6		6
Remuneração fixa anual	3.693	43%	3.693
Salário ou pró-labore	2.205	26%	2.205
Benefícios diretos e indiretos	196	2%	196
Outros (INSS parte empresa)	1.292	15%	1.292
Remuneração variável	4.782	57%	4.782
Benefícios pós emprego	35	0%	35
Valor total da remuneração por órgão	8.510	100%	8.510

9.2 Garantias

A Equatorial Energia S.A., controladora indireta da Companhia, presta garantia como avalista ou fiadora da Companhia sem ônus nos contratos de financiamentos abaixo listados:

	Valor do				Valor	
Instituição	financiamento	% do aval	Início	Término	liberado	30/09/2021
CEF415.877-81/2015	32.671	100	02/09/2015	30/06/2027	32.671	22.196
CEF469.587-04/2016	35.703	100	20/12/2018	07/09/2028	35.703	26.701
BNDES 18/19/20	1.341.576	100	20/02/2019	15/04/2028	1.261.025	1.269.190
BNDES 21/22/23	1.360.868	100	30/03/2021	15/09/2040	615.514	625.042
Debêntures 2ª Emissão 1ª Série	60.000	100	01/12/2016	15/01/2024	60.000	76.477
Debêntures 2ª Emissão 2ª Série	23.000	100	29/09/2017	15/01/2024	23.000	28.478
Debêntures 3ª Emissão 1ª Série	199.069	100	26/12/2016	15/12/2021	199.069	259.502
Debêntures 3ª Emissão 2ª Série	100.931	100	26/12/2016	15/12/2023	100.931	131.740
Apólices Seguros	271.362	100	31/03/2020	11/02/2026	N/A	N/A
Total	3.425.180				2.327.913	2,439,326

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

10 Ativo financeiro da concessão

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está conforme a seguir demonstrada:

	31/12/2020	Atualização do ativo financeiro (a)	Transferências (b) Ativos de contrato	30/09/2021
Ativo financeiro Obrigações especiais (c)	4.632.576 (1.019.205)	303.871 (83.262)	233.396 (79.915)	5.169.843 (1.182.382)
Total	3.613.371	220.609	153.481	3.987.461
	31/12/2019	Atualização do ativo financeiro (a)	Transferências (b) Ativos de contrato	31/12/2020
Ativo financeiro Obrigações especiais (c)	31/12/2019 4.112.526 (942.858)	•	` '	31/12/2020 4.632.576 (1.019.205)

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

- (a) Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o valor justo do ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização do IPCA, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizados pelo regulador nos processos de reajuste tarifário;
- (b) Correspondem às transferências dos ativos de contrato para o ativo financeiro da concessão; e
- (c) Obrigações especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

11 Intangível

O ativo intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

	_		30/09/	2021	
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão	Valor líquido
	de anoruzação (70)	Custo	Amortização	concessão	vaior ilquiuo
Em serviço	4,85% _	6.355.663	(3.784.476)	(833.725)	1.737.462
Total	-	6.355.663	(3.784.476)	(833.725)	1.737.462
			31/12/	2020	
	Taxas anuais		31/12/	(-) Obrigações	
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	31/12/ Amortização		Valor líquido
Em serviço	médias ponderadas	Custo 6.247.802		(-) Obrigações vinculadas à	Valor líquido

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis pela vida útil do bem e limitado à data do contrato de concessão até julho de 2028, conforme ICPC 01 (R1)/ IFRIC 12 – Contratos de Concessão.

Movimentação do ativo intangível

			Transferências (a)		
	31/12/2020	Adições	Ativos de contrato	Outros (c)	30/09/2021
Em serviço	6.242.602	-	142.534	(29.473)	6.355.663
(-) Amortização	(3.472.078)	(321.934)	-	9.536	(3.784.476)
Total em serviço	2.770.524	(321.934)	142.534	(19.937)	2.571.187
Obrigações especiais (b)	(1.659.709)	-	(121.163)	6.357	(1.774.515)
(-) Amortização	862.610	78.180			940.790
Total em obrigações especiais	(797.099)	78.180	(121.163)	6.357	(833.725)
Total	1.973.425	(243.754)	21.371	(13.580)	1.737.462

					Transferências		
	31/12/2019	Reclassifi- cações	Adições	Baixas	Ativos de contrato	Outros	31/12/2020
Em serviço	6.092.799	-	-	(55.268)	205.071	-	6.242.602
(-) Amortização	(3.098.150)		(400.977)	27.049			(3.472.078)
Total em serviço	2.994.649		(400.977)	(28.219)	205.071		2.770.524
Obrigações especiais (-) Amortização	(1.694.728) 762.377	30.463	100.233	- -	5.954	(1.398)	(1.659.709) 862.610
Total em obrigações especiais	(932.351)	30.463	100.233		5.954	(1.398)	(797.099)
Total	2.062.298	30.463	(300.744)	(28.219)	211.025	(1.398)	1.973.425

⁽a) Correspondem às transferências dos ativos de contrato para o intangível em serviço;

A Companhia concluiu suas análises de *impairment* e não tem qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens exceda seu valor recuperável.

⁽b) Obrigações especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica; e

⁽c) O montante líquido negativo de R\$ 19.937, que impactou o saldo de intangível em serviço, refere-se à reclassificação para investimentos e o montante líquido de R\$ 6.357, que impactou as obrigações especiais, refere-se à atualização dos saldos de obrigações especiais decorrentes da subrogação da CCC. A ANEEL aprovou por meio da Resolução Autorizativa o enquadramento das usinas isoladas da área de concessão no benefício da Sub-rogação CCC/Obrigações Especiais. Em conformidade ao MCSE e Art. 38 da Resolução Normativa nº 801/2017. A Companhia contabilizou a atualização do saldo subsidiado com recursos da CCC nas contas correlacionadas ao grupo de obrigações especiais.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

12 Ativos de contrato

A movimentação dos ativos de contrato está conforme a seguir demonstrado:

			_	Transfer	ências (b)			
	31/12/2020	Adições (d)	Baixas (a)	Ativo intangível	Ativo financeiro	Reclassi- ficações (e)	Outros	30/09/2021
Ativos de contrato Obrigações especiais (c)	730.948 (596.167)	751.554 (91.389)	4.014	(142.534) 121.163	(233.396) 79.915	(149.598)	(726)	1.106.572 (632.788)
Total ativo contratual	134.781	660.165	4.014	(21.371)	(153.481)	(149.598)	(726)	473.784
					Transfer	rências	=	
	31/12/2019	Reclassifi- cações	Adições	Baixas	Transfer Ativo intangível	rências Ativo financeiro	Outros	31/12/2020
Ativos de contrato	31/12/2019 592.700		Adições 680.752	Baixas -	Ativo	Ativo	Outros (1.852)	31/12/2020 730.948
Ativos de contrato Obrigações especiais		cações			Ativo intangível	Ativo financeiro		

- (a) Referem-se ao encerramento de ordens de serviços referentes às baixas de Kit Padrão Obras PLPT;
- (b) Correspondem às transferências dos ativos de contrato para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão;
- (c) Obrigações especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica;
- (d) O montante de R\$ 660.165 (R\$ 442.595 em 31 de dezembro de 2020) refere-se às adições brutas de ativo contratual reconhecidas no período, onde R\$ 632.378 (R\$ 377.031 em 31 de dezembro de 2020) impactou o caixa da Companhia, R\$ 6.583 (R\$ 18.625 em 31 de dezembro de 2020) refere-se às adições em contrapartida de fornecedores, R\$ 15.497 (R\$ 43.038 em 31 de dezembro de 2020) refere-se às adições em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas e R\$ 5.707 (R\$ 3.901 em 31 de dezembro de 2020) refere-se à capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do CPC 20 (R1) Custos de Empréstimos. Ver informações na nota explicativa nº 14 Empréstimos e financiamentos; e
- (e) O montante contabilizado corresponde aos custos realizados em obras de interligação de sistemas isolados devidamente autorizados através das Resoluções nº 9.499, 9.500 e 9.501 de 08 de dezembro de 2020, cujos créditos são oriundos da sub-rogação CCC em contrapartida a obrigações vinculadas.

A Companhia avaliou o impacto e concluiu como baixo o risco de não recebimento e perda associada aos ativos de contrato, pois os mesmos serão remunerados, a partir da entrada em serviço, (i) por meio do incremento da tarifa cobrada dos clientes, através dos ciclos de Revisão Tarifária Periódica, compondo a receita de tarifa faturada aos consumidores, ou ainda (ii) pelo direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Dessa forma, nenhuma perda esperada para redução ao valor recuperável foi registrada no período findo em 30 de setembro de 2021 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Os valores dos bens em construção estão sujeitos a fiscalização da ANEEL.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

13 Fornecedores

	30/09/2021	31/12/2020
Suprimento de energia elétrica (a)	577.802	469.668
Encargos de uso da rede elétrica	18.302	16.952
Materiais e serviços (b)	305.794	210.369
Provisão de fornecedores	44.024	32.293
Partes relacionadas – nota explicativa nº 9	12.823	9.779
Outros	<u> </u>	11.840
Total	958.745	750.901

⁽a) O saldo de 30 de setembro de 2021 teve aumento em relação a 31 de dezembro de 2020. Em resumo tem-se R\$ 59.705 devido aos custos das operações com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE referentes ao efeito disponibilidade, efeito da contratação de cotas de garantia e exposição financeira que são valoradas ao PLD, e R\$ 40.771 referente aos contratos de energia, tendo como principal a variação no preço médio de pagamento do período que aumentou em valores nominais de R\$ 200,27/MWh em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 231,56/MWh em 30 de setembro de 2021; e

14 Empréstimos e financiamentos

14.1 Composição do saldo

			Pr	30/09/2021 incipal e encargo	s
	Custo médio da dívida (% a.a.)	Garantia	Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (US\$) CCBI Banco Citibank S.A.	3,40%	-	693.790	352.125	1.045.915
Total moeda estrangeira (US\$)	3,40%	-	693.790	352.125	1.045.915
Moeda nacional					
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e		Aval do Controlador + Aplicação +			
Social – BNDES	15,30%	Recebíveis	196.334	1.697.898	1.894.232
Caixa Econômica Federal	6,00%	Aval do Controlador + Aplicação	7.772	41.125	48.897
Banco Santander S.A.	3,48%		202.871		202.871
Subtotal	13,97%		406.977	1.739.023	2.146.000
(-) Custo de captação			(436)	(6.832)	(7.268)
Total moeda nacional	13,97%		406.541	1.732.191	2.138.732
Total	10,50%		1.100.331	2.084.316	3.184.647

⁽b) Deve-se, substancialmente, a fornecedores de materiais e serviços, relacionados aos investimentos na infraestrutura da concessão que a Companhia realiza no decorrer do período. Em decorrência da Covid-19, houve impacto no recebimento de materiais e liberação de equipes para execução das obras, o que ocasionou uma redução na realização de algumas obras orçadas para o exercício de 2020, as quais foram reprogramadas para o exercício de 2021, gerando com isso maiores investimentos em relação ao período comparativo.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

				31/12/2020	
			Pr	incipal e encargos	3
	Custo médio da			Não	
	dívida (% a.a.)	Garantia	Circulante	circulante	Total
Moeda estrangeira (US\$)					
CCBI Banco Citibank S.A.	3,12%	-	399.331	855.093	1.254.424
Total moeda estrangeira (US\$)	3,12%	-	399.331	855.093	1.254.424
Moeda nacional					
Banco Nacional de					
Desenvolvimento Econômico e		Aval do Controlador + Aplicação +			
Social – BNDES	9,55%	Recebíveis	172.340	1.075.288	1.247.628
		Aval do Controlador + Aplicação +			
Caixa Econômica Federal	6,00%	Recebíveis	8.357	46.819	55.176
Banco Santander S.A.	3,19%		200.035	- -	200.035
Subtotal	8,57%		380.732	1.122.107	1.502.839
(-) Custo de captação			(82)	(538)	(620)
Total moeda nacional	8,58%		380.650	1.121.569	1.502.219
Total	6,09%		779.981	1.976.662	2.756.643

Em 30 de setembro de 2021, os valores em empréstimos e financiamentos possuem um custo médio de 10,50% a.a., equivalente a 349,1% do CDI, considerando no custo da dívida do Banco Citibank S.A., o custo da ponta passiva do *swap* em CDI + *spread* (6,09% a.a., equivalente a 220,8% do CDI, em 31 de dezembro de 2020). No período, observou-se o aumento do custo médio em função do aumento do IPCA (doze meses) que saiu de 4,51% em dezembro de 2020 para 10,25% em setembro 2021.

14.2 Cronograma de amortização da dívida

Em 30 de setembro de 2021, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

	30/09/202	21
Vencimento	Valor	%
Circulante	1.100.331	35%
2022	49.996	2%
2023	552.109	17%
2024	236.490	7%
2025	236.490	7%
Após 2025	1.016.063	32%
Subtotal	2.091.148	65%
(-) Custo de captação (não circulante)	(6.832)	0%
Não circulante	2.084.316	65%
Total	3.184.647	100%

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

14.3 Movimentação de empréstimos e financiamentos

A movimentação da conta de Empréstimos e financiamentos está conforme a seguir demonstrada:

	Moeda	nacional	Moeda estrangeira (US\$)			
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	380.650	1.121.569	399.331	855.093	2.756.643	
Ingressos (a)	-	685.539	-	-	685.539	
Encargos (b)	55.260	-	10.683	-	65.943	
Variação monetária e cambial	21.117	73.101	155.814	(120.680)	129.352	
Transferências	141.160	(141.160)	382.288	(382.288)	-	
Amortizações de principal (c)	(140.229)	-	(243.003)	-	(383.232)	
Pagamentos de juros	(51.626)	-	(11.323)	-	(62.949)	
Custo de captação (d)	209	(6.858)			(6.649)	
Saldos em 30 de setembro de 2021	406.541	1.732.191	693.790	352.125	3.184.647	

	Moeda n	acional	Moeda estrangeira (USD)		
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	17.261	1.036.774	5.188	971.032	2.030.255
Ingressos	-	440.000	-	-	440.000
Encargos	58.794	-	25.173	-	83.967
Variação monetária e cambial	7.987	33.100	104.121	176.779	321.987
Transferências	388.280	(388.280)	292.718	(292.718)	_
Amortizações de principal	(34.622)	-	_	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	(34.622)
(-) Pagamentos de juros	(57.132)	-	(27.869)	-	(85.001)
Custo de captação	82	(25)			57
Saldos em 31 de dezembro 2020	380.650	1.121.569	399.331	855.093	2.756.643

⁽a) Em 30 de março de 2021, ocorreu a 1ª liberação do contrato com o BNDES 21/22/23, no valor de R\$ 27.608 (Subcrédito A) e no valor de R\$ 87.906 (Subcrédito B), cujo recurso será destinado a realização dos investimentos da companhia, com o custo de IPCA + 4,11 a.a. e vencimento final em 15 de setembro de 2040. Em 10 de junho de 2021, ocorreu a liberação final do contrato com o BNDES 18/19/20, no valor de R\$ 70.025, cujo recurso será destinado a realização dos investimentos da companhia, com o custo de IPCA + 4,81 a.a. e vencimento final em 15 de abril de 2028. Em 10 de setembro de 2021, ocorreu a 2ª liberação do contrato com o BNDES 21/22/23, no valor de R\$ 119.500 (Subcrédito A) e no valor de R\$ 380.500 (Subcrédito B), cujo recurso será destinado a realização dos investimentos da companhia, com o custo de IPCA + 4,11 a.a. e vencimento final em 15 de setembro de 2040;

⁽b) O montante de R\$ 65.943 (R\$ 83.967 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a encargos reconhecido no período, sendo R\$ 60.236 (R\$ 80.066 em 31 de dezembro de 2020) impactou o resultado financeiro e R\$ 5.707 (R\$ 3.901 em 31 de dezembro de 2020) referente à capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos. Ver informações na nota explicativa nº 12 – Ativos de contrato;

⁽c) De janeiro a setembro de 2021, a Equatorial Pará realizou amortizações, conforme contrato, com o Citibank no valor de R\$ 243.005, Caixa Econômica Federal - CEF 415.877-81/2015 no valor de R\$ 2.842, CEF 469.587-04/2016 no valor de R\$ 2.850 e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDES 18-20 no valor de R\$ 134.535; e

⁽d) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

14.4 *Covenants* e garantias dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias financeiras, e *covenants* não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia:

Covenants Empréstimos 1º Dívida líquida/EBITDA: <= 3,5	Santander 0,9
Covenants Empréstimos	BNDES
1º Dívida líquida/EBITDA: <=3,75	1,6
2º Dívida líquida/(Dívida Líquida + PL) : <=0,7	0,5
Covenants Empréstimos	Citibank I
1º Dívida líquida/EBITDA: <=3,75	0,9
2° Dívida líquida/(Dívida Líquida + PL) : >2,0	6,3
Covenants Empréstimos	Citibank II
1° Dívida líquida/EBITDA : <=4,0	0,9

Os indicadores acima, obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos contratos. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA. No período findo em 30 de setembro de 2021, a Companhia manteve-se dentro dos limites estipulados nos contratos.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

15 Debêntures

15.1 Movimentação de debêntures

A movimentação das debêntures do período está conforme a seguir demonstrada:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	240.462	1.209.270	1.449.732
Encargos Transferências	54.780 25.985	(25.985)	54.780
Pagamento de juros Variação monetária	(23.269) 23.057	- 8.969	(23.269) 32.026
Custo de captação (a)	2.635	6.909	2.635
Saldos em 30 de setembro de 2021	323.650	1.192.254	1.515.904
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	20.265	1.412.474	1.432.739
Saldos em 31 de dezembro de 2019 Encargos Transferências	20.265	1.412.474 - (194.714)	1.432.739 65.629
Encargos Transferências Pagamento de juros	65.629 194.714 (74.841)	(194.714)	65.629 - (74.841)
Encargos Transferências Pagamento de juros Variação monetária	65.629 194.714 (74.841) 31.163		65.629 (74.841) 22.673
Encargos Transferências Pagamento de juros	65.629 194.714 (74.841)	(194.714)	65.629 - (74.841)

⁽a) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

15.2 Características das debêntures

							30/09/	/2021
Emissão	Característica	Série	Valor da Emissão	Custo Nominal	Data da Emissão	Vencimento	Saldo líquido do custo de captação	Custo efetivo
2ª	(2)/(3)/(4)/(6)/(7)	1ª	60.000	IPCA + 2,40% a.a.	dez/16	jan/24	76.161	12,90%
2ª	(2)/(3)/(4)/(6)/(7)	2ª	23.000	IPCA + 2,40% a.a.	dez/16	jan/24	28.478	12,90%
3 ^a (a)	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	1ª	199.069	IPCA + 6,70% a.a.	dez/16	dez/21	259.237	17,64%
3 ^a (a)	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	2ª	100.931	IPCA + 6,87% a.a.	dez/16	dez/23	131.115	17,82%
5 ^a	(1)/(3)/(4)	1ª	543.033	CDI + 1,1% a.a.	mai/18	abr/23	552.860	4,14%
5 ^a	(1)/(3)/(4)	2ª	456.967	CDI + 1,30% a.a.	mai/18	abr/23	468.053	4,35%
Total	•				•	•	1.515.904	8,34%

⁽¹⁾ Emissão pública de debêntures simples

⁽²⁾ Emissão privada de debêntures simples

⁽³⁾ Não conversíveis em ações

⁽⁴⁾ Espécie Quirografária

⁽⁵⁾ Debêntures incentivadas

⁽⁶⁾ Garantia adicional fidejussória

⁽⁷⁾ Garantia adicional real

⁽a) A totalidade dos recursos obtidos foram aplicados em conformidade com a escritura.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

15.3 Cronograma de amortização da dívida

As parcelas relativas às debêntures e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

	30/09/202	1
Vencimento	Valor	%
Circulante	323.650	22%
2023 2024	1.159.410 34.404	76% 2%
Subtotal	1.193.814	78%
(-) Custo de captação (não circulante)	(1.560)	
Não circulante	1.192.254	78%
Total	1.515.904	100%

15.4 Covenants

As debêntures contratadas pela Companhia possuem *covenants* e garantias financeiras (quirografárias), cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. No período findo em 30 de setembro de 2021, a Companhia manteve-se dentro dos limites estipulados nos contratos.

Covenants debêntures	2ª debêntures
1° Dívida líquida/EBITDA ajustado: <3,5	1,1
2º EBITDA/Despesa financeira líquida: >2,0	5,3
Covenants debêntures	3ª debêntures
1° Dívida líquida/EBITDA ajustado: <3,5	0,9
2º EBITDA/Despesa financeira líquida: >=1,5	6,3
Covenants debêntures	5ª debêntures
1° Dívida líquida/EBITDA ajustado : <= 4,0	0,9

Os indicadores acima, obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos contratos. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

16 Impostos e contribuições a recolher

	30/09/2021	31/12/2020
ICMS	118.572	108.444
ICMS parcelamento (a)	12.669	12.496
PIS e COFINS (b)	56.582	19.404
Encargos sociais e outros	8.946	5.506
ISS	4.297	6.751
Total circulante	201.066	152.601
ICMS	122.956	122.956
ICMS parcelamento (a)	40.473	48.350
Total não circulante	163.429	171.306
Total	364.495	323.907

- (a) A Companhia possui parcelamentos concedidos pela Secretaria Executiva de Estado da Fazenda do Estado do Pará, originário de débitos do ICMS corrente, onde sua variação deve-se adesão de um novo parcelamento de ICMS no mês de fevereiro de 2019, sendo sua última parcela em janeiro de 2024, e para os demais parcelamentos sua liquidação será em julho de 2031. O valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, é acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia SELIC, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado; e
- (b) Em 30 de setembro de 2021, a variação decorre da Medida Provisória 1061/21 Art. 1°. Os prazos para as pessoas jurídicas distribuidoras de energia elétrica efetuarem o recolhimento de PIS E COFINS relativos às competências dos meses de agosto, setembro e outubro de 2021, ficaram com vencimento postergado para o mês de novembro de 2021.

Cronograma de pagamento ICMS parcelado

	30/09/2021		
	Valor	%	
Circulante	12.669	24%	
2022 2023 2024	2.964 11.497 4.726	6% 22% 9%	
2025 Após 2025	3.322 17.964	6% 33%	
Não circulante	40.473	76%	
Total ICMS parcelamento	53.142	100%	

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

17 Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher e imposto de renda e contribuição social diferidos

17.1 Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	30/09/2021	31/12/2020
Ativos de:		
Prejuízo fiscal	-	39.810
Base negativa	<u>-</u>	26.529
Subtotal	<u> </u>	66.339
Diferenças temporárias:		
Provisão para contingências	43.060	43.864
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD	211.095	189.512
Provisão atuarial	16.115	12.104
Arrendamentos - CPC 06	561	-
Provisão para participação nos lucros	12.078	12.894
Receita – CPC 47	9	152
Subtotal	282.918	258.526
Passivos de:		
Diferenças temporárias:		
Depreciação acelerada	(238.755)	(248.924)
Valor novo de reposição – VNR	(273.057)	(198.050)
Swap	(99.482)	(107.716)
Outras despesas não dedutíveis	(6.328)	(10.419)
Receita – CPC 47	-	(158)
Reavaliação bens da concessão	(36.030)	(41.192)
Ajuste a Valor Presente – AVP	(85.697)	(91.027)
Total	(739.349)	(697.486)
Total tributos diferidos	(45(421)	(272 621)
1 otal tributos diferidos	(456.431)	(372.621)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

17.2 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

		30/09/2021			
		Reconhecimento	Valor	Ativo fiscal	Passivo fiscal
	31/12/2020	no resultado	líquido	diferido	diferido
IRPJ prejuízos fiscais	39.810	(39.810)	_	_	_
Base negativa de CSLL	26.529	(26.529)	_	-	-
Provisão para contingências	43.864	(804)	43.060	43.060	-
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD	189.512	21.583	211.095	211.095	-
Ajuste a Valor Presente – AVP	(91.027)	5.330	(85.697)	-	(85.697)
Custo de captação	(198.050)	(75.007)	(273.057)	-	(273.057)
Receita – CPC 47	152	(143)	9	9	-
Arrendamentos - CPC 06	(158)	719	561	561	-
Depreciação acelerada	(248.924)	10.169	(238.755)	-	(238.755)
Swap	(107.716)	8.234	(99.482)	-	(99.482)
Provisão para participação nos lucros	12.894	(816)	12.078	12.078	-
Provisão atuarial	12.104	4.011	16.115	16.115	-
Outras despesas não dedutíveis temporariamente	(10.419)	4.091	(6.328)	-	(6.328)
Reavaliação bens da concessão	(41.192)	5.162	(36.030)	-	(36.030)
Total	(372.621)	(83.810)	(456.431)	282.918	(739.349)

		31/12/2020				
	31/12/2019	Reconhecimento no resultado	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido	
IRPJ prejuízos fiscais Base negativa de CSLL	111.049 26.529	(71.240)	39.809 26.529	39.809 26.529	-	
Provisão para contingências	45.421	(1.557)	43.864	43.864	-	
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD	160.359	29.153	189.512	189.512	-	
Ajuste a Valor Presente – AVP	(98.062)	7.035	(91.027)	-	(91.027)	
Custo de captação	(152.221)	(45.829)	(198.050)	-	(198.050)	
Receita – CPC 47	152	-	152	152	-	
Arrendamentos - CPC 06	(636)	478	(158)	-	(158)	
Depreciação acelerada	(229.739)	(19.185)	(248.924)	-	(248.924)	
Swap	(11.412)	(96.304)	(107.716)	-	(107.716)	
Provisão para participação nos lucros	12.818	77	12.895	12.895	-	
Provisão atuarial	10.030	2.074	12.104	12.104	-	
Outras despesas não dedutíveis temporariamente	(10.518)	99	(10.419)	-	(10.419)	
Reavaliação bens da concessão	(48.564)	7.372	(41.192)	-	(41.192)	
Total	(184.794)	(187.827)	(372.621)	324.865	(697.486)	

17.3 Movimentação dos impostos e contribuições sobre o lucro a recolher

Saldo em 31 de dezembro de 2019	23.403
IRPJ e CSLL correntes do período	43.664
Compensações de IRPJ e CSLL	(17.729)
Tributos retidos/antecipações IR/CS	(13.155)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	36.183
IRPJ e CSLL correntes do período	114.936
Compensações de IRPJ e CSLL	(87.136)
Depósito para reinvestimento	16.711
Tributos retidos/antecipações IR/CS	(14.140)
Saldo em 30 de setembro de 2021	66.554

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

17.4 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado, nos períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020, está demonstrada a seguir:

	30/09/2021		30/09/2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e da CSLL	909.169	909.169	671.837	671.837
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal (A)	227.292	81.825	167.959	60.465
Adições:				
Provisão para contingências	-	-	(876)	(316)
Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	142.073	51.146	148.816	53.574
Ajuste a valor presente	3.919	1.411	3.902	1.405
Atualização do ativo financeiro VNR	20.815	7.494	6.280	2.261
Variação de Swap	6.055	2.180	(96.996)	(34.918)
IRPJ/CSLL sobre reserva de reavaliação	3.796	1.366	3.948	1.421
Provisão para fundo de pensão	2.950	1.062	-	-
Provisão para participação nos lucros	-	-	(1.211)	(436)
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	529	190	470	169
Depreciação acelerada	10.169	-	9.147	-
Outras provisões	3.094	1.120	1.348	489
Outras adições permanentes	3.447	918		
Total das adições (B)	196.847	66.887	74.828	23.649
Exclusões:	(591)	(213)		
Reversão de provisão para contingências	` ′	` ′	-	-
Reversão de provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	(126.203)	(45.433)	(140.616)	(50.622)
Atualização do ativo financeiro VNR	(75.968)	(27.348)	(11.302)	(4.069)
IFRS 15	(105)	(38)	-	-
Reversão de provisão para participação nos lucros	(600)	(216)	-	-
Outras provisões não dedutíveis			430	157
Total das exclusões (C)	(203.467)	(73.248)	(151.488)	(54.534)
Dedutibilidade fiscais (limites legais)				
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL realizados	(59.407)	(9.290)	(18.197)	(4.795)
Incentivo PAT	(1.454)	-	(1.076)	-
Incentivo prorrogação licença maternidade	(120)		(37)	_
Total compensações (D)	(60.981)	(9.290)	(19.310)	(4.795)
IRPJ subvenção governamental (i)	(110.929)		(71.616)	
Total outras deduções (E)	(110.929)		(71.616)	<u> </u>
IRPJ e CSLL correntes do período (A+B+C+D+E) (ii)	48.762	66.174	373	24.785
IRPJ e CSLL diferidos do período (iii)	69.561	14.249	113.736	43.821
IRPJ e CSLL correntes e diferidos do período	118.323	80.423	114.109	68.606
Alíquota efetiva	13%	9%	17%	10%

⁽i) Em 30 de setembro de 2021, o valor do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração foi de R\$ 110.929 (R\$ 71.616 em 30 de setembro de 2021);

⁽ii) O valor dos impostos correntes, no período findo em 30 de setembro de 2021, equivale a R\$ 114.936 (R\$ 25.158 em 30 de setembro de 2020), sendo composto pelos montantes de R\$ 48.762 e R\$ 66.174 (R\$ 373 e 24.785 em 30 de setembro de 2020), de IRPJ e CSLL, respectivamente; e

⁽iii) O valor dos impostos diferidos, no período findo em 30 de setembro de 2021, equivale a R\$ 83.810 (R\$ 157.557 em 30 de setembro de 2020), sendo composto pelos montantes de R\$ 69.561 e R\$ 14.249 (R\$ 113.736 e R\$ 43.821 em 30 de setembro de 2020), de IRPJ e CSLL, respectivamente.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

18 Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	30/09/20	30/09/2021		31/12/2020	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais	
Cíveis Fiscais	105.066 2.160	50.611 33.517	105.748 2.140	39.824 110	
Trabalhistas	19.371	113	21.124	31.274	
Total	126.597	84.241	129.012	71.208	
Circulante Não circulante	6.574 120.023	- 84.241	5.533 123.479	71.208	

Dos valores de depósitos judiciais cíveis, R\$ 7.955 se referem a fluxos de contratos de cédulas bancárias que estão sendo depositados no âmbito do processo de recuperação judicial. Esses créditos foram listados no plano de recuperação judicial e foram impugnados pelas instituições financeiras credoras. Os valores permanecerão depositados em juízo até que seja proferida pela justiça uma decisão final de mérito sobre a sujeição ou não dos créditos ao regime recuperacional.

Movimentação dos processos no período

	31/12/2020 Saldo Inicial	Adições	Utilização (1)	30/09/2021 Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo Final
Cíveis	105.748	11.232	(7.510)	(4.979)	575	105.066
Fiscais Trabalhistas	2.140 21.124	1.372	-	(2.581)	20 (544)	2.160 19.371
Total	129.012	12.604	(7.510)	(7.560)	51	126.597
	31/12/2019			31/12/2020		
	31/12/2019 Saldo Inicial	Adições	Utilização (1)	31/12/2020 Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo Final
Cíveis	Saldo	Adições	Utilização (1) (11.896)	Reversão de	Atualização (3)	
Cíveis Fiscais	Saldo Inicial	•	3 \ /	Reversão de provisão (2)	3 \ /	Final
	Saldo Inicial	18.771	3 \ /	Reversão de provisão (2) (4.905)	(1.941)	Final 105.748

⁽¹⁾ Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais;

⁽²⁾ Reversões realizadas no período; e

⁽³⁾ Atualizações monetárias mensais pelo INPC acrescido de 1% da taxa Selic.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

18.1 Cíveis

A Companhia figura como ré em 13.566 processos cíveis em 30 de setembro de 2021 (13.757 processos em 31 de dezembro de 2020), sendo 9.523 tramitam em Juizados Especiais (9.790 processos em 31 de dezembro de 2020), os quais, em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Além dos processos provisionados, existem outras contingências cíveis cuja possibilidade de perda em 30 de setembro de 2021 é avaliada pela Administração, com base na análise da gerência jurídica da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 845.167 (R\$ 391.902 em 31 de dezembro de 2020) para as quais não foi constituída provisão.

Contingências cíveis (prognóstico provável de perda)	30/09/2021	31/12/2020
Falha no fornecimento	29.156	24.441
Morte por eletroplessão	12.677	14.716
Cobrança indevida	10.489	10.597
Fraude questionada	17.276	16.872
Corte indevido	1.919	2.073
Acidente com terceiros	8.970	9.763
Falha no atendimento	3.524	3.499
Quebra de contrato	1.941	1.425
Incêndio	669	3.747
Portaria do DNAEE	1.993	1.948
Regulatório	97	95
Outras	16.355	16.572
Total	105.066	105.748
Contingências cíveis (prognóstico possível de perda)	30/09/2021	31/12/2020
Contingências cíveis (prognóstico possível de perda) Falha no fornecimento	<u>30/09/2021</u> 75.815	31/12/2020 36.573
Falha no fornecimento	75.815	36.573
Falha no fornecimento Morte por eletroplessão	75.815 6.336	36.573 5.522
Falha no fornecimento Morte por eletroplessão Acidente com terceiros	75.815 6.336 548	36.573 5.522 475
Falha no fornecimento Morte por eletroplessão Acidente com terceiros Quebra de contrato	75.815 6.336 548	36.573 5.522 475 210.909
Falha no fornecimento Morte por eletroplessão Acidente com terceiros Quebra de contrato Incêndio	75.815 6.336 548 466.919	36.573 5.522 475 210.909 212
Falha no fornecimento Morte por eletroplessão Acidente com terceiros Quebra de contrato Incêndio Cobrança indevida	75.815 6.336 548 466.919	36.573 5.522 475 210.909 212 1.582
Falha no fornecimento Morte por eletroplessão Acidente com terceiros Quebra de contrato Incêndio Cobrança indevida Fraude questionada	75.815 6.336 548 466.919 3.353 12.082	36.573 5.522 475 210.909 212 1.582 11.399
Falha no fornecimento Morte por eletroplessão Acidente com terceiros Quebra de contrato Incêndio Cobrança indevida Fraude questionada Corte indevido	75.815 6.336 548 466.919 3.353 12.082 172	36.573 5.522 475 210.909 212 1.582 11.399 127
Falha no fornecimento Morte por eletroplessão Acidente com terceiros Quebra de contrato Incêndio Cobrança indevida Fraude questionada Corte indevido Falha no atendimento	75.815 6.336 548 466.919 3.353 12.082 172 612	36.573 5.522 475 210.909 212 1.582 11.399 127 580
Falha no fornecimento Morte por eletroplessão Acidente com terceiros Quebra de contrato Incêndio Cobrança indevida Fraude questionada Corte indevido Falha no atendimento Regulatório	75.815 6.336 548 466.919 3.353 12.082 172 612 251.936	36.573 5.522 475 210.909 212 1.582 11.399 127 580 117.667

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

18.2 Fiscais

A Companhia figura como ré em 125 processos fiscais em 30 de setembro de 2021 (107 processos em 31 de dezembro de 2020) os quais versam sobre repasse de PIS, COFINS, ICMS, taxa de uso de ocupação do solo, dentre outros assuntos relativos a lançamentos e autuações fiscais.

Existem processos fiscais cuja possibilidade de perda em 30 de setembro de 2021 avaliada pela Administração, com base na análise da gerência jurídica da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 24 (R\$ 21 em 31 de dezembro de 2020) para as quais não foi constituída provisão.

Contingências fiscais (prognóstico provável de perda)	30/09/2021	31/12/2020
CIP	14	13
Outras	2.146	2.127
Total	2.160	2.140
Contingências fiscais (prognóstico possível de perda)	30/09/2021	31/12/2020
INSS	4	2
Outras	20	19
Total	24	21

18.3 Trabalhistas

O passivo trabalhista em 30 de setembro de 2021 é composto por 1.055 reclamações ajuizadas (1.072 reclamações em 31 de dezembro de 2020) por ex-empregados contra a Companhia, com pedidos que variam entre verbas rescisórias, horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, doença ocupacional/reintegração, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias. Dos processos trabalhistas existentes, constam atualmente 03 ações coletivas ajuizadas pelo Ministério Público do Trabalho e 21 ações coletivas movidas pelos Sindicatos representantes das categorias dos empregados.

Além dos processos provisionados, existem outros processos trabalhistas, cuja possibilidade de perda em 30 de setembro de 2021 é avaliada pela Administração, com base na análise da gerência jurídica da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 81.568 (R\$ 48.570 em 31 de dezembro de 2020) para as quais não foi constituída provisão.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

Contingências trabalhistas (prognóstico provável de perda)	30/09/2021	31/12/2020
Hora extra	301	1.392
Responsabilidade subsidiária	6.971	7.010
Acidente de trabalho	2.329	2.737
Doença ocupacional/profissional	107	492
Reintegração no emprego	4.070	3.906
Periculosidade	-	211
Danos morais	2,225	2.211
Outras	3.368	3.165
Total	19.371	21.124
Contingências trabalhistas (prognóstico possível de perda)	30/09/2021	31/12/2020
Contingências trabalhistas (prognóstico possível de perda) Hora extra	30/09/2021	31/12/2020 1.129
Hora extra	2.894	1.129
Hora extra Responsabilidade subsidiária	2.894 67.329	1.129 42.165
Hora extra Responsabilidade subsidiária Acidente de trabalho	2.894 67.329	1.129 42.165 783
Hora extra Responsabilidade subsidiária Acidente de trabalho Doença ocupacional/profissional	2.894 67.329 3.247	1.129 42.165 783 478
Hora extra Responsabilidade subsidiária Acidente de trabalho Doença ocupacional/profissional Reintegração no emprego	2.894 67.329 3.247	1.129 42.165 783 478 315
Hora extra Responsabilidade subsidiária Acidente de trabalho Doença ocupacional/profissional Reintegração no emprego Periculosidade	2.894 67.329 3.247 - 416	1.129 42.165 783 478 315 21

19 Valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial

Em 1º de dezembro de 2014, o Juiz da 13ª Vara Civil de Belém decretou, com fundamento no que dispõe os Arts. 61 e 63 da Lei 11.102/05, após manifestação do Administrador Judicial e do Ministério Público, encerrada a recuperação judicial da Companhia. Esta sentença encerra a fase de acompanhamento judicial do cumprimento do plano e retira as restrições legais da recuperação. O plano de recuperação negociado e aprovado pelos credores durante o processo permanece inteiramente válido e exigível, o que significa que as condições especiais para as dívidas que foram pactuadas continuam em vigor. Essas obrigações só se encerram com seu cumprimento integral.

A decisão de encerramento está produzindo efeitos normalmente, mas ainda não transitou em julgado por ter sido alvo de duas apelações, movidas pelos credores Petróleo Brasileiro S/A e Pine S/A. Em novembro de 2017 a empresa firmou acordo com o Banco Pine, que culminou com a desistência de sua apelação a sentença de encerramento. A outra apelação versa exclusivamente sobre pagamento de juros e correção no cumprimento das obrigações do plano.

Em função da matéria, acredita-se que as chances de êxito deste recurso são remotas, o que é respaldado em *Legal Opinion* do escritório que conduz o processo. Espera-se que a matéria será apreciada em um cenário de 24 a 36 meses, quando então o encerramento da recuperação judicial estará devidamente transitado em julgado.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

19.1 Composição

_	30/09/2021	31/12/2020
Circulante		
Intragrupos	4.437	3.566
Credores financeiros (a)	29.466	26.708
Partes relacionadas	8.889	378
Total circulante	42.792	30.652
Não circulante		
Intragrupos	83.853	83.853
Credores financeiros (a)	375.851	1.111.121
Partes relacionadas	780.979	13.159
(-) Ajuste a valor presente – partes relacionadas	(179.515)	(162.650)
(-) Ajuste a valor presente (b)	(72.732)	(105.204)
Total não circulante	988.436	940.279
Total	1.031.228	970.931

⁽a) Grupo de credores dentre os quais estão: (i) instituições financeiras públicas ou privadas; (ii) titulares de créditos decorrentes de operações financeiras ou bancárias, inclusive, mas sem se limitar a, *Bonds* e créditos decorrentes de operações de derivativos, com ou sem vinculação de recebíveis; e

19.2 Cronograma de amortização

O cronograma de pagamento das parcelas relativas aos valores a pagar de acordos com plano de recuperação judicial é o seguinte:

	30/09/20	/2021	
Vencimento	Valor	%	
Circulante	42.792	3%	
2022 2023 2024 2025 Após 2025 Subtotal	6.864 25.166 29.742 27.454 1.151.457 1.240.683	1% 2% 3% 3% 3% 112% 121%	
(-) Ajuste a valor presente (não circulante)	(252.247)	-24%	
Não circulante	988.436	97%	
Total	1.031,228	100%	

⁽b) Em 30 de setembro de 2021, o saldo é composto por: R\$ 53.069 de empréstimos e financiamentos e R\$ 19.663 de intragrupos (R\$ 84.407 de empréstimos, financiamentos e R\$ 20.797 de intragrupos em 31 de dezembro de 2020).

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

19.3 Movimentação dos valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial

-	Saldo em 31/12/2020	Transferência (a)	Juros e encargos	Variação monetária e cambial	Juros pagos	Amortização	Ajuste a valor presente	Saldo em 30/09/2021
Intragrupo Partes relacionadas – nota explicativa nº 9 Credores financeiros	66.620 500.843 403.468	92.884 (92.884)	3.770 30.178 11.843	15.066 37.767	(2.899) (39.419) (11.522)	(94)	1.136 10.895 3.576	68.627 610.353 352.248
Total	970.931		45.791	52.833	(53.840)	(94)	15.607	1.031.228
	Saldo em 31/12/2019	Juros e encargos	Variação monetária e cambial	Amortização	Ajuste a valor presente	Reclassificado (b)	Saldo em 31/12/2020	_
Intragrupo Partes relacionadas – nota explicativa nº 9 Credores financeiros	62.861 9.569 809.038	5.228 551 49.972	60.349	(2.907) (551) (43.920)	483	490.791 (490.791		3
Total	881.468	55.751	60.349	(47.378)		(490.791	- 970.93	_

⁽a) Em agosto de 2021 houve transferência de R\$ 92.884 referente à compra de créditos da recuperação judicial pela Equatorial Energia S. A.; e

⁽b) O movimento em 2020 refere-se a reclassificação do montante de R\$ 490.791 de valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A.- Eletrobras anteriormente apresentado como credores financeiros, o qual refere-se a saldo com parte relacionada da Companhia.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

20 Encargos setoriais

20.1 Encargos setoriais CCC

	30/09/2021	31/12/2020
Não circulante Encargos setoriais CCC (-) Aquisição de combustível CCC		372.241 (105.883)
Total	<u>-</u>	266.358

A Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC) foi criada pelo Decreto nº 73.102, de 07 de novembro de 1973, tem a finalidade de aglutinar o rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis para a geração de energia termoelétrica nos sistemas isolados, especialmente na região Norte do país. O objetivo da Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, é reembolsar os custos de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, incluindo os custos relativos à contratação de energia e de potência associada à geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica, aos encargos do setor elétrico e impostos e, ainda, aos investimentos realizados, que deverá ocorrer através da CCC. Entre os valores reembolsados pela CCC estão os tributos (ICMS, PIS e COFINS) não compensados sobre a compra de combustível e energia elétrica.

A Companhia estava passando pelo processo 48500.004790/2016-63, de fiscalização dos reembolsos recebidos da CCC de julho de 2009 a abril de 2017. Em 23 de agosto de 2021, através da publicação do Despacho Aneel nº 2.560, foi definida a devolução dos valores de reembolso pagos à maior no período fiscalizado. O valor provisionado para este fim era de R\$ 282.578 e, no dia 09 de setembro de 2021, foi efetuado o pagamento de R\$ 247.860 conforme determinado no processo. O saldo residual após o pagamento foi baixado no resultado do período, sendo R\$ 24.303 em contrapartida do custo de operação (Subvenção CCC) e R\$ 10.416 em contrapartida de outras receitas financeiras. O resumo do valor principal e atualizado da fiscalização, bem como do saldo residual em relação ao previsto, pode ser visto no quadro a seguir:

	Valor principal	Atualização monetária	Valor total
Valor previsto	261.379	21.199	282.578
Valor pago	(237.076)	(10.783)	(247.859)
Saldo residual	24.303	10.416	34.719

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

20.2 Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética

	Percentual de		
Distribuição do recurso	listribuição da ROL ²	30/09/2021	31/12/2020
Programa de eficientização energética	0,40%	50.914	98.413
Pesquisa e desenvolvimento	0,20%	52.882	82.997
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	0,20%	2.817	2.615
Ministério de Minas e Energia – MME	0,10%	1.405	1.305
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL	0,10%	9.694	5.409
Conta de desenvolvimento energética - CDE		17.998	
Total		135.710	190.739
Circulante		109.771	123.194
Não circulante		25.939	67.545

Os saldos apresentados no passivo circulante referem-se aos montantes que serão aplicados nos projetos no exercício seguinte, de acordo com as projeções aprovadas pela Administração.

Apresentamos abaixo os valores consolidados dos encargos setoriais, em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

	30/09/2021	31/12/2020
Circulante	109.771	123.194
Não circulante	25.939	333.903
Total	135.710	457.097

21 PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese da Companhia, que também obteve decisão judicial favorável com trânsito em julgado em fevereiro de 2018. Em maio de 2021, o STF julgou embargos de declaração opostos contra o acórdão do Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, acolhendo-os em parte para: (i) modular os efeitos da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, devendo se dar após 15 de março de 2017, ressalvadas as ações judiciais e requerimentos administrativos protocoladas até (inclusive) 15 de março de 2017; e (ii) o ICMS a ser excluído da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS é o destacado nas notas fiscais, e não o efetivamente pago.

Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, em 31 de março de 2020, a Companhia constituiu: (i) ativo referente a PIS/COFINS a recuperar de R\$ 935.138 e (ii) passivo de R\$ 935.138 relativo ao ressarcimento a seus consumidores. O ativo contempla créditos com a receita federal desde o ingresso com a ação, e o passivo foi constituído considerando que a Companhia repassa aos seus consumidores os efeitos tributários incidentes sobre as faturas de energia elétrica dos últimos 10 anos, consoante disposições do Código Civil Brasileiro.

Através da Resolução Homologatória nº 2.920, de 03 de agosto de 2021, a ANEEL homologou R\$ 623.500 decorrente do diferimento de componente financeiro associado à recuperação de créditos de PIS/COFINS, nas novas tarifas que entraram em vigor no dia 07 de agosto de 2021 e vigentes até 06 de agosto de 2022.

² Receita Operacional Líquida regulatória.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

No período findo em 30 de setembro de 2021, a Companhia efetuou atualização do valor pela taxa SELIC, constituindo um complemento de ativo e passivo no montante de R\$ 12.338 (R\$ 13.413 no exercício de 2020).

No período de janeiro a setembro de 2021, a Companhia compensou créditos habilitados perante a Receita Federal no montante de R\$ 262.179 (R\$ 210.071 no exercício de 2020), com os tributos federais de imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS e retenção federais através de PER/DCOMP.

	30/09/2021	31/12/2020
Ativo		
Circulante – Nota explicativa nº 8	421.317	348.334
Não circulante – Nota explicativa nº 8	67.322	390.146
PIS e COFINS a recuperar	488.639	738.480
Passivo		
Circulante	525.558	-
Não circulante	337.390	948.552
PIS e COFINS a serem restituídos a consumidores (a)	862.948	948.552
Expectativa de PIS/COFINS a recuperar	30/09/2	2021
	Valor	%
Circulante	421.317	86%
2022	67.322	14%
Não circulante	67.322	14%
Total	488.639	100%

⁽a) Após a homologação do processo de revisão tarifária pela ANEEL em agosto de 2021, houve a reclassificação do saldo do não circulante para o circulante no montante de R\$ 623.500, do qual R\$ 97.942 foi transferido para a Parcela A (restituição dos créditos via tarifa. Para maior detalhamento, veja nota explicativa nº 7 – Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros.

Apesar do início da devolução dos valores aos consumidores, os critérios definitivos para a restituição dos créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores estão pendentes, aguardando a conclusão das discussões junto à Aneel a respeito dos mecanismos e critérios de compensação, quando da efetiva compensação dos créditos tributários.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

22 Patrimônio líquido

22.1 Capital social

O capital social da Companhia integralizado e subscrito em 30 de setembro de 2021 é de R\$ 1.624.459, (R\$ 1.624.459 em 31 de dezembro de 2020) sem valor nominal, e sua composição por classe de ações e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas Classe A	Ações preferenciais nominativas Classe B	Ações preferenciais nominativas Classe C	Total	%
Equatorial Energia Distribuição S.A. Centrais Elétricas Brasileiras S.A Eletrobras Outros (minoritários)	2.131.276.838 20.664.721 52.679.010	346.012 121.339 1.699.465	1.074.634 10.737	115.903 - 1.085.346	2.131.738.755 21.860.694 55.474.558	96,50% 0,99% 2,51%
Total	2.204.620.569	2.166.816	1.085.373	1.201.249	2.209.074.007	100%

⁽i) Não houve alteração na composição acionária da Companhia entre os exercícios de 31 de dezembro de 2020 e 30 de setembro de 2021.

De acordo com o estatuto social, a Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$ 2.000.000 (dois bilhões de reais), mediante a emissão de novas ações ordinárias, cuja quantidade não é prevista em estatuto. Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração será competente para deliberar sobre a emissão de ações, debêntures simples, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, estabelecendo se o aumento se dará por subscrição pública ou particular, as condições de integralização e o preço da emissão, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para exercício nas emissões cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei.

As ações preferenciais são inconversíveis em ações ordinárias, gozando de prioridade de reembolso de capital, pelo valor de patrimônio líquido, no caso de liquidação da Companhia, tendo prioridade no recebimento de dividendos mínimos de 6% (seis por cento) a.a. para as de classe "A" e 10% (dez por cento) a.a. para as de classe "B", calculados sobre o seu valor patrimonial antes da apropriação do resultado do período a que se referir o dividendo. As ações preferenciais classe C terão direito a dividendo mínimo de 3% (três por cento) a.a. sobre o valor do capital representado por essa classe de ações.

22.2 Reserva de lucros

	Nota _	30/09/2021	31/12/2020
Reserva legal	a	108.729	108.729
Reserva de incentivos fiscais	b	367.667	367.667
Reserva de lucros a realizar	c	39.276	39.276
Reserva de investimentos	d	921.400	983.299
Reserva de dividendos adicionais propostos	e	<u> </u>	154.740
Total	_	1.437.072	1.653.711

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

a. Reserva legal

É constituída à base de 5% do lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária, e limitada a 20% do capital social. Em 30 de setembro 2021 o saldo desta reserva é de R\$ 108.729 (R\$ 108.729 em 31 de dezembro de 2020).

O montante de benefício fiscal do ano deve ser integralmente destinado para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09). Desta forma, o mesmo reduz a base de cálculo da reserva legal.

b. Reserva de incentivos fiscais

A CVM através da Deliberação nº 555 aprovou o pronunciamento técnico CPC 07(R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, determinando o reconhecimento contábil das subvenções concedidas em forma de redução ou isenção tributária como receita. O efeito do benefício referente ao incentivo fiscal da SUDAM no período findo em 30 de setembro de 2021 é de R\$ 367.667 (R\$ 367.667 em 31 de dezembro de 2020), calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando o incentivo de redução de 75% no imposto de renda apurado pelo lucro real.

c. Reserva de lucros a realizar

Esta reserva é constituída por meio da destinação de uma parcela dos lucros do exercício, sendo, todavia, optativa sua constituição. Em 30 de setembro de 2021, o saldo desta reserva é de R\$ 39.276 (R\$ 39.276 em 31 de dezembro de 2020).

d. Reserva de investimentos

Esta reserva destina-se a registrar o saldo do lucro líquido do exercício após as deduções previstas em lei, o dividendo prioritário das ações preferenciais e o dividendo mínimo obrigatório previsto. Em 30 de setembro de 2021, o saldo dessa reserva é de R\$ 921.400 (R\$ 983.299 em 31 de dezembro de 2020).

e. Reserva de dividendos adicionais

Em 29 de abril de 2021, conforme a ata de Reunião de Assembleia Geral Ordinária, foi aprovada a distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 436.397, o qual é composto pelo valor de R\$ 281.657, de dividendos adicionais intermediários, calculados com base no lucro até 30 de setembro de 2020 e pagos antecipadamente em 10 de dezembro de 2020, e pelo valor calculado com base no lucro do último trimestre de 2020, no montante de R\$ 154.740, contabilizado e mantido no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020, como reservas de dividendos adicionais, em atendimento ao disposto no ICPC 08 - (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos.

Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede ao previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos sócios em assembleia. Em 30 de setembro de 2021, o saldo desta reserva é de R\$ 0 (R\$ 154.740 em 31 de dezembro de 2020).

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

f. Dividendos intermediários

Em 06 de agosto de 2021, conforme a Ata de Reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários de R\$ 269.462, decorrentes do resultado do período findo em 30 de setembro de 2021, e R\$ 61.899, oriundos de reserva estatutária de investimentos. O pagamento foi realizado em 30 de setembro de 2021.

22.3 Reserva de reavaliação

Procedimento admitido pela Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76) até 1º de janeiro de 2008, pelo qual a Companhia decidiu adotar a reavaliação dos bens componentes do ativo imobilizado a valores de mercado, obedecendo os dispositivos legais pertinentes. As diferenças entre valores de mercado e valores contábeis deram origem ao saldo credor da reserva de reavaliação no patrimônio líquido.

A movimentação da reserva de reavaliação está conforme demonstrada a seguir:

	31/12/2020	Quota de reavaliação	Baixa	30/09/2021
Reserva de reavaliação Encargo tributário	121.147 (39.878)	(15.183)	5.163	105.964 (34.715)
Total	81.269	(15.183)	5.163	71.249
	31/12/2019	Quota de reavaliação	Baixa	31/12/2020
Reserva de reavaliação Encargo tributário	142.830 (48.545)	(21.601)	(82) 8.667	121.147 (39.878)
Total	94.285	(21.601)	8.585	81.269

22.4 Planos de opção de compra de ações

A Companhia instituiu Planos de Opção de Compra das ações a colaboradores dedicados ao Grupo que representam, direitos de compra de ações emitidas por empresas do mesmo grupo econômico, mas não da Companhia.

Esses planos são administrados pelo Conselho de Administração da Companhia, por um Comitê, dentro dos limites estabelecidos nas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de cada Plano e na legislação aplicável e são compostos da seguinte forma:

22.4.1 Quinto plano de opção de compra de ações

No dia 22 de julho de 2019, por meio de Assembleia Geral Extraordinária (AGE), os acionistas da Equatorial Energia S.A. aprovaram a criação do Quinto Plano de Opções de Compra de Ações da Equatorial ("Plano").

O Plano busca estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e suas subsidiárias e alinhar os interesses dos acionistas da Companhia e suas subsidiárias aos das pessoas elegíveis.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

Os beneficiários do Plano poderão exercer suas Opções no prazo máximo de 6 (seis) anos a partir da data de outorga das Opções. As opções tornam-se exercíveis ao longo de 4 (quatro) anos, sendo 25% em cada ano.

1° (Outorga	3° Outorga					
Vesting Date	Opções exercíveis	Vesting Date	Opções exercíveis				
17/12/2020	805.000	05/08/2022	137.050				
17/12/2021	805.000	05/08/2023	137.050				
17/12/2022	805.000	05/08/2024	137.050				
17/12/2023	805.000	05/08/2025	137.050				
	3.220.000		548,200				

O Preço de Exercício das Opções outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Comitê de Administração do Plano, com base na média da cotação das Ações da Companhia na B3, ponderada pelo volume de negociação, nos 60 pregões anteriores que antecederem a Data de Outorga.

As ações sujeitas às regras do Plano serão aquelas mantidas em tesouraria adquiridas em programa de recompra ou a serem emitidas.

O valor das opções é estimado na data da outorga, com base no modelo "*Black & Scholes*" de precificação das opções que considera os prazos e condições da concessão dos instrumentos.

As informações utilizadas na avaliação dos valores justos na data da outorga do Plano são:

1° Outorga (Direito de compra de ações da Equatorial Energia S.A)

	30/09/2021	31/12/2020
Data da outorga: 17/12/2019		
Quantidade outorgada	3.220.000	3.220.000
Valor justo na data de outorga	6,78	6,78
Preço da ação na data de outorga	22,08	22,08
Valor justo ponderado do vesting period	19,38	20,10
Volatilidade esperada (média ponderada)	22,96%	22,96%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada)	4,25	4,25
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos)	6,40%	6,40%

3° Outorga (Direito de compra de ações da Equatorial Energia S.A)

Data da outorga: 04/08/2021	
Quantidade outorgada 548.2	00
Valor justo na data de outorga 9,	,34
Preço da ação na data de outorga 24,	,23
Valor justo ponderado do vesting period 24,	,78
Volatilidade esperada (média ponderada) 30,30)%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada) 4,	,25
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos) 10,36	5%

(a) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Desta forma, para as respectivas datas de outorga ou de final de exercício, adotou-se o preço de mercado da ação Equatorial Energia S.A. na data, a volatilidade histórica (não foi adotada uma volatilidade esperada), o prazo médio de vencimento de cada lote das opções, o preço de exercício das opções ajustado por dividendos projetados para o período e a taxa livre de risco com base na curva dos títulos públicos federais futuro pré-fixado no prazo médio esperado de exercício de cada lote. Considerou-se ainda uma taxa de não subscrição de ações sobre as outorgadas, com base no histórico da Companhia como expectativa futura.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

(b) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

O preço de exercício foi calculado com base no preço de emissão das opções e ajustado pelos dividendos declarados no período.

Como parâmetro de proventos, adotou-se o valor efetivamente declarado em 2020 e uma estimativa futura de acordo com parâmetros internos.

(c) Forma de determinação da volatilidade esperada

Para a volatilidade, utilizou-se a volatilidade histórica das ações para cada prazo médio de exercício de cada lote.

A tabela a seguir mostra a movimentação das opções no período:

	Número de Opções	Valor justo ponderado do preço	Número de opções	Valor justo ponderado do preço		
Em opções	30/09/2021	30/09/2021	31/12/2020	31/12/2020		
Existentes em 1° de janeiro Outorgadas durante o período/exercício	3.220.000 548.200	20,10 24,78	3.220.000	20,10		
Existentes ao fim do período/exercício	3768.200	19,38	3.220.000	20,10		

A despesa reconhecida no período findo em 30 de setembro de 2021 foi de R\$ 4.884 (R\$ 11.097 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base.

Ressalta-se que este plano de opção é classificado como instrumento patrimonial, visto que a Companhia deve mensurar e reconhecer a transação com correspondente aumento do seu patrimônio líquido como contribuição (aporte) da Equatorial Energia S.A., conforme CPC 10 (R1) / IFRS 2.

22.4.2 Plano de outorga de "Phantom Shares"

Em 12 de dezembro de 2019, o Grupo Equatorial ("Grupo") criou o programa de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa ("Programa"). O Programa visa atingir os seguintes objetivos: (a) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos beneficiários contemplados pelo Programa; (b) reter os beneficiários; e (c) focar no longo prazo na valorização e potencial de crescimento da Companhia.

O Programa concede aos beneficiários selecionados pelo Conselho de Administração da Equatorial Energia S.A e suas subsidiárias adquirir direitos a "*Phantom Shares*", mediante o atendimento cumulativo das condições a seguir: (i) 50% (cinquenta por cento) das "*Phantom Shares*" outorgadas, o Beneficiário deverá permanecer continuamente vinculado como empregado ou administrador do Grupo durante o Período de Carência que se encerra em 1º de maio de 2025 e (ii) 50% (cinquenta por cento) das "*Phantom Shares*" outorgadas, o Beneficiário deverá permanecer continuamente vinculado como empregado ou administrador da Equatorial Energia S.A ou de sociedade sob seu controle durante o Período de Carência que se encerra em 1º de maio de 2026; e (ii) o atingimento das Metas de Performance pela Companhia.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

(a) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

O Preço das "*Phantom Shares*" outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Comitê de Administração do Plano, com base na média da cotação das Ações da Companhia na B3, ponderada pelo volume de negociação, nos 60 pregões anteriores que antecederem a cada período de carência, ou seja, imediatamente anteriores a 1° de maio de 2025 e 1° de maio de 2026.

(b) Forma de cálculo da despesa do programa

O valor da ação foi calculado pelo preço dos 60 pregões anteriores ao término do período de 30 de setembro de 2021, ponderado pelo volume negociado.

Com base na apuração parcial das métricas de performance definidas, a Companhia, fez jus ao referido programa. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial Energia, caso as métricas de performance fossem atingidas:

	Número de ações	Valor justo ponderado do preço	Número de ações	Valor justo ponderado do preço	
Em ações	30/09/2021	30/09/2021	31/12/2020	31/12/2020	
Existentes em 1° de janeiro	415.000	21,47	415.000	21,47	
Existentes ao fim do período/exercício	415.000	24,79	415.000	21,47	

A despesa reconhecida para o plano de "*Phantom shares*" no período findo em 30 de setembro de 2021 foi de R\$ 3.145 (R\$ 3.928 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

Ressalta-se que este plano de opção é classificado como instrumento financeiro passivo liquidável em caixa.

As quantidades acima podem variar conforme a performance e serem multiplicadas por um percentual entre 90 e 110%.

O plano de "phantom shares" está atrelado ao percentual efetivo da quantidade de ações que os beneficiários terão direito de receber pelo plano, que depende da TIR (Taxa Interna de Retorno) obtida no projeto, ao qual suas metas de performance estão vinculadas.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

22.5 Lucro por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (*Earnings per Share*), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

		01	/07/2021 a 30/09/20	21		01/01/2021 a 30/09/2021					
	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas A	Ações preferenciais nominativas B	Ações preferenciais nominativas C	Total	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas A	Ações preferenciais nominativas B	Ações preferenciais nominativas C	Total	
Numerador Lucro líquido do período Denominador	375.922	369	185	205	376.681	708.991	697	349	386	710.423	
Média ponderada por classe de ações	2.204.621	2.167	1.085	1.201	2.209.074	2.204.621	2.167	1.085	1.201	2.209.074	
Lucro básico e diluído por ação	0,17052	0,17052	0,17052	0,17052	0,17052	0,32159	0,32159	0,32159	0,32159	0,32159	

Durante o ano de 2021 não houve movimentação no número de ações na Companhia. Com isso, a média ponderada por classe de ações é igual ao número de ações em 30 de setembro de 2021.

		01/0	07/2020 a 30/09/202	20		01/01/2020 a 30/09/2020					
	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas A	Ações preferenciais nominativas B	Ações preferenciais nominativas C	Total	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas A	Ações preferenciais nominativas B	Ações preferenciais nominativas C	Total	
Numerador											
Lucro líquido do período Denominador	280.150	275	138	153	280.716	333.069	327	164	181	333.742	
Média ponderada por classe de ações	2.204.621	2.167	1.085	1.201	2.209.074	2.204.621	2.167	1.085	1.201	2.209.074	
Lucro básico e diluído por ação	0,12707	0,12707	0,12707	0,12707	0,12707	0,22141	0,22141	0,22141	0,22141	0,22141	

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão dessas informações contábeis intermediárias.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

23 Receita operacional líquida

A conciliação da receita bruta para a receita líquida está a seguir demonstrada:

	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020
Receita de distribuição	1.727.949	4.588.949	1.407.608	4.183.103
Remuneração financeira WACC (a)	149.275	409.695	256.280	363.301
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (b)	473.746	684.515	105.020	36.868
Subvenção CDE - Outros	91.058	238.713	75.686	193.000
Fornecimento de energia elétrica	2.442.028	5.921.872	1.844.594	4.776.272
Suprimento de energia elétrica (c)	158.337	174.426	(1.838)	25.002
Receita pela disponibilidade - uso da rede	76.554	207.629	65.526	191.236
Receita de construção	342.498	751.554	158.003	472.083
Atualização dos ativos financeiro e contrato (d)	119.781	220.609	17.679	20.085
Outras Receitas	47.044	87.481	19.693	54.704
Subtotal	744.214	1.441.699	259.063	763.110
Receita operacional bruta	3.186.242	7.363.571	2.103.657	5.539.382
Deduções da receita				
ICMS sobre venda de energia elétrica	(450.158)	(1.153.190)	(369.474)	(985.413)
PIS e COFINS	(190.021)	(437.810)	(143.293)	(412.321)
Encargos do consumidor	(20.909)	(48.383)	(13.735)	(36.344)
ISS	(274)	(961)	(291)	(776)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (e)	(70.273)	(155.682)	(35.656)	(106.969)
Penalidades DIF/FIC e outras	(4.217)	(16.826)	(3.675)	(11.232)
Deduções da receita operacional	(735.852)	(1.812.852)	(566.124)	(1.553.055)
Receita operacional líquida	2.450.390	5.550.719	1.537.533	3.986.327

- (a) O índice de atualização da remuneração financeira (IPCA), apresentou variação positiva no período comparativo, saindo de 0,64% em setembro de 2020 para 1,16% em setembro de 2021;
- (b) A variação de R\$ 647.647, entre o período findo em 30 de setembro de 2021 e 2020, dos ativos e passivos regulatórios foi afetada, principalmente por: (i) reconhecimento na tarifa dos recursos recebidos a título de repasse da Conta-Covid, até Setembro de 2021, no montante de R\$ 162.267; (ii) previsão dos custos de energia e encargos concedido pela ANEEL, no reajuste ou revisão, ter sido inferior aos custos efetivamente pagos, gerando uma receita de constituição de Parcela A superior em R\$ 381.948, ao ocorrido para esse mesmo período em 2020; (iii) variação entre os valores amortizados do último reajuste no montante de R\$ 75.478 em relação ao mesmo período de 2020; e (iv) Variação entre os valores da receita de ultrapassagem da demanda e reativo excedente pertencente a distribuidora no montante de R\$ 27.954, quando comparada como esse mesmo período em 2020:
- (c) A receita de suprimento de energia elétrica foi maior em comparação com o exercício anterior, devido ao aumento do PLD. No terceiro trimestre de 2020, a Companhia apresentou um PLD de 154,42 R\$/MWh, e no terceiro trimestre de 2021 o PLD apresentado foi de 585,87 R\$/MWh;
- (d) O considerável número de obras encerradas impactou o saldo a ser transferido / bifurcado para o ativo financeiro e sua consequente atualização cujo índice de inflação adotado (IPCA) acumulou variação positiva no período comparativo; e
- (e) A variação na Conta de Desenvolvimento Energético CDE (Decreto nº 7.891/2013, alterado pelo Decreto nº 9.642/2018) deve-se a vigência das Resoluções nº 2.814 de 01º de dezembro de 2020 e nº 2.833 de 02 de fevereiro de 2021, as quais estabeleceram as quotas a serem pagas no decorrer do ano de 2021.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

24 Custos do serviço e despesas operacionais

			01/07/2021	a 30/09/2021		01/01/2021 a 30/09/2021						
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Perdas por redução ao valor recuperável	Outras despesas operacionais	Total	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Perdas por redução ao valor recuperável	Outras despesas operacionais	Total
Pessoal	(10.329)	(5.964)	(22.042)	_	_	(38.335)	(31.565)	(22.675)	(82.617)	-	-	(136.857)
Material	(2.156)	(2.583)	(324)	-	-	(5.063)	(6.948)	(9.376)	(1.734)	-	-	(18.058)
Serviços de terceiros	(41.936)	(41.853)	(22.475)	-	-	(106.264)	(141.852)	(102.674)	(62.600)	-	-	(307.126)
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(1.293.685)	-	-	-	-	(1.293.685)	(2.786.566)	-	-	-	-	(2.786.566)
Custo de construção (b)	(342.498)	-	-	-	-	(342.498)	(751.554)	-	-	-	-	(751.554)
Perdas por redução ao valor recuperável	-	-	-	(46.903)	-	(46.903)	-	-	-	(119.188)	-	(119.188)
Provisão para processos cíveis, fiscais e												
trabalhistas	-	-	(1.761)	-	-	(1.761)	-	-	(5.761)	-	-	(5.761)
Amortização	(73.805)	-	(12.484)	-	-	(86.289)	(215.475)	-	(37.258)	-	-	(252.733)
Subvenção CCC	57.359	-	-	-	-	57.359	10.373	-	-	-	-	10.373
Perda/ganho na desativação de bens e direito	-	-	-	-	(4)	(4)	-	-	-	-	(13.284)	(13.284)
Indenização por danos a terceiros	-	-	-	-	(1.506)	(1.506)	-	-	-	-	(2.470)	(2.470)
Outros	(152)	225	(563)	-	(5.474)	(5.964)	(629)	(1.066)	2.307	-	(6.377)	(5.765)
Total	(1.707.202)	(50.175)	(59.649)	(46.903)	(6.984)	(1.870.913)	(3.924.216)	(135.791)	(187.663)	(119.188)	(22.131)	(4.388.989)

	01/07/2020 a 30/09/2020							01/01/2020 a 30/09/2020				
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Perdas por redução ao valor recuperável	Outras despesas operacionais	Total	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Perdas por redução ao valor recuperável	Outras despesas operacionais	Total
Pessoal	(15.717)	874	(21.289)	-	-	(36.132)	(34.769)	(8.812)	(60.752)	-	_	(104.333)
Material	(2.623)	132	238	-	-	(2.253)	(5.211)	(1.555)	882	-	-	(5.884)
Serviços de terceiros	(48.397)	19.732	(59.438)	-	-	(88.103)	(108.211)	(46.901)	(99.496)	-	-	(254.608)
Energia elétrica comprada para revenda	(684.470)	-	-	-	-	(684.470)	(1.823.084)	-	-	-	-	(1.823.084)
Custo de construção	(158.003)	-	-	-	-	(158.003)	(472.083)	-	-	-	-	(472.083)
Perdas por redução ao valor recuperável	-	-	-	(21.940)	-	(21.940)	-	-	-	(142.228)	-	(142.228)
Provisão para processos cíveis, fiscais e												
trabalhistas	-	-	(5.906)	-	-	(5.906)	-	-	(15.631)	-	-	(15.631)
Amortização	(68.047)	-	(11.840)	-	-	(79.887)	(200.498)	-	(28.628)	-	-	(229.126)
Subvenção CCC	(35.567)	-	-	-	-	(35.567)	(98.500)	-	-	-	-	(98.500)
Perda/ganho na desativação de bens e direito	_	-	-	-	(58)	(58)	-	-	-	-	(5.722)	(5.722)
Indenização por danos a terceiros	-	-	-	-	(518)	(518)	-	-	-	-	(1.259)	(1.259)
Outros	(811)	560	(374)	-	(3.960)	(4.585)	(2.401)	(382)	(4.615)	-	(5.926)	(13.324)
Total	(1.013.635)	21.298	(98.609)	(21.940)	(4.536)	(1.117.422)	(2.744.757)	(57.650)	(208.240)	(142.228)	(12.907)	(3.165.782)

⁽a) Para maior detalhamento, vide a abertura dos custos da energia elétrica comprada para revenda, conforme nota explicativa nº 25 – Energia elétrica comprada para revenda; e

⁽b) Em decorrência da Covid-19, houve impacto no recebimento de materiais e liberação de equipes para execução das obras, o que ocasionou uma redução na realização de algumas obras orçadas para o exercício de 2020, as quais foram reprogramadas para o exercício de 2021, gerando com isso maiores investimentos em relação ao período comparativo.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

25 Energia elétrica comprada para revenda

		/2021 a /2021	01/01 30/09		01/07/ a 30/09/		01/01 a 30/09	1
	GWh (*)	R\$	GWh (*)	R\$	GWh (*)	R\$	GWh (*)	R\$
Energia de leilão (a)	2.411	(683.106)	6.431	(1.522.010)	2.046	(380.800)	5.968	(1.099.170)
Contratos Eletronuclear	79	(28.690)	234	(64.620)	77	(25.040)	230	(67.964)
Contratos cotas de garantias	596	(69.355)	1.681	(197.698)	630	(68.808)	1.794	(197.465)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS/ Energia reserva (b)	-	(98.127)	-	(238.657)	-	(22.205)	-	(843)
Energia bilateral	57	-	169	-	57	-	169	-
Energia de curto prazo - CCEE (c)	-	(341.668)	-	(436.630)	-	(73.203)	-	(221.585)
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	47	(17.651)	129	(52.953)	45	(13.935)	125	(41.805)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo (d)	<u>-</u>	107.009	-	262.554		64.295		182.591
Subtotal	3.190	(1.131.588)	8.644	(2.250.014)	2.855	(519.696)	8.286	(1.446.241)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição (e)		(162.097)		(536.552)		(164.774)		(376.843)
Total	3.190	(1.293.685)	8.644	(2.786.566)	2.855	(684.470)	8.286	(1.823.084)

- (a) A variação refere-se aos custos com contratos (CCEAR-Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente regulado, MCSD Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits) decorrentes de preços de pagamentos superiores aos observados em 2020 em virtude da atualização das tarifas dos contratos, bem como a atual situação hídrica do país, que ocasionou a necessidade de acionamento térmico de Usina com preços de geração elevado, com isso o preço médio de aquisição de energia aumentou em 25,23% passando para 212,54 R\$/MWh;
- (b) O crescimento elevado associado às despesas do ESS deve-se ao acionamento das térmicas fora da ordem de mérito, ocasionando pagamentos elevados associado a este encargo;
- (c) A energia de curto prazo, em nove meses, apresentou um aumento de R\$ 215.045 devido ao aumento do PLD comparado com o mesmo período de 2020;
- (d) Saldo decorre do diferimento do crédito do PIS/COFINS sobre a CVA realizado pela companhia (regime caixa); e
- (e) Contempla os custos com encargos de uso e conexão do sistema de transmissão, os quais possuem tarifas ajustadas pela resolução Receita Anual Permitida RAP. Os custos ocorridos no primeiro semestre de 2021 foram maiores que no mesmo período de 2020 em decorrência das tarifas aprovadas na resolução RAP de nº 2.726 de 14 de julho de 2020 com vigência até junho de 2021, as quais são relacionadas à Rede Básica e Conexão, assim como o aumento da contratação do MUST (Montante de Uso do Sistema de Transmissão). Nesse terceiro trimestre está em vigência a nova resolução RAP nº 2.896 de 13 de julho de 2021, a qual teve uma redução nas tarifas em relação à resolução anterior.
 - (*) não revisado

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

26 Resultado financeiro

	01/07/2021	01/01/2021	01/07/2020	01/01/2020
	a	a	a	a
	30/09/2021	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2020
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicação financeiras	35.356	69.929	7.503	36.577
Valores a receber/devolver parcela A	9.989	18.071	1.374	13.648
Operações com instrumentos financeiros derivativos (a)	30.297	52.001	46.402	387.983
Acréscimo moratório de energia vendida (juros por atraso no recebimento de faturas) (b)	49.973	138.324	48.516	100.712
Variação monetária e cambial da dívida (c)	159	120.680	_	
Atualização sub-rogação CCC		6.357	87	1.494
Juros sobre mútuos ativos	5.380	5.380	-	-
PIS/COFINS sobre receita financeira	(4.366)	(10.714)	(2.590)	(7.538)
Outras receitas financeiras	9.528	18.190	1.298	3.563
Total de receitas financeiras	136.316	418.218	102.590	536.439
Despesas financeiras				
Valores a receber/devolver parcela A	(13.571)	(26.415)	(5.019)	(17.724)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (a)	52.524	(28.369)	(154)	(5.018)
Variação monetária e cambial da dívida (c)	(145.797)	(334.891)	(87.296)	(455.536)
Encargos da dívida	(59.682)	(162.219)	(48.398)	(148.656)
Atualização de eficientização e contingências	(1.463)	(1.989)	(136)	1.169
Multas regulatórias	(1.737)	(1.848)	(96)	(3.018)
Despesa financeira de AVP	(102)	(209)	10.529	(401)
Juros, multas s/ operação de energia	(5.202)	(15.607)	(4.884)	(15.532)
Descontos concedidos	(8.908)	(21.983)	(5.268)	(12.559)
Outras despesas financeiras (d)	(54.444)	(77.249)	(27.381)	(27.872)
Total de despesas financeiras	(238.382)	(670.779)	(168.103)	(685.147)
Total	(102.066)	(252.561)	(65.513)	(148.708)

- (a) Referem-se, principalmente, à contratação de operações de *swap*, que trocam Dólar+*spread* por CDI+*spread*, onde a principal variação refere-se ao câmbio sobre essas operações. No período findo de 30 de setembro de 2021, o principal efeito refere-se à variação cambial, gerando despesa em 2021 com a queda do dólar em 4,24%, saindo de R\$ 5,19 em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 5,43 em 30 de setembro de 2021, contra uma receita em 2020 com o aumento do dólar em 39,9%, saindo de R\$ 4,03 em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 5,64 em 30 de setembro de 2020;
- (b) A variação no período decorre, principalmente, do resultado das ações de cobrança realizadas pela Companhia, as quais contribuíram para a redução da inadimplência no período, evidenciada pelo recebimento de faturas de energia em atraso;
- (c) A variação monetária e cambial líquida da dívida entre os períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020 representa uma redução na despesa no montante de R\$ 241.326, justificada pelos seguintes fatores: (i) aumento de 4,67% do dólar entre 31 de dezembro de 2020 (R\$ 5,19) e 30 de setembro de 2021 (R\$ 5,43), que comparado com o mesmo período de 2020, foi inferior; (ii) aumento de 39,9% do dólar no período entre 31 de dezembro de 2019 (R\$ 4,03) e 30 de setembro de 2020 (R\$ 5,64), que contribuiu para uma despesa superior neste período. O efeito de reconhecimento de variação cambial ativa em 2021, foi parcialmente absorvido pelo aumento na variação monetária da dívida, devido às altas do IPCA, indexador com 42,3% de participação na dívida da Companhia, que passou de 1,34% no terceiro trimestre de 2020 para 6,90% no terceiro de 2021; e
- (d) A variação refere-se, principalmente, a R\$ 48 milhões decorrente da diferença entre o valor original da dívida da recuperação judicial adquirida pela Equatorial Energia e o valor pago por esta que foi devolvido pela Companhia à Equatorial Energia.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

27 Benefício pós-emprego (Entidade de previdência privada)

27.1 Características do plano de aposentadoria

A Companhia é patrocinadora em conjunto com seus empregados em atividade, ex-empregados e respectivos beneficiários, de planos de benefícios de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é feita por meio da EQTPREV - Equatorial Energia Fundação de Previdência Complementar, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

A Companhia possui passivo atuarial não coberto que tem origem em acordo firmado entre a Companhia e os ex-empregados e pensionistas. Nos termos do acordo, deliberado pela Resolução nº 10, de 4 de agosto de 1989, pela Administração da Companhia e passando a vigorar a partir de 11 de junho de 1996, que conferiu direitos e benefícios previdenciários ao grupo de pessoas acima referido. A Companhia mantém provisionado integralmente o valor apurado deste passivo atuarial na rubrica "Plano de aposentadoria, assistência médica e pensão".

Os planos de previdência expõem a Companhia a riscos relacionados à longevidade, em decorrência do pagamento de benefícios vitalícios, e de taxa de juros. Os planos de saúde expõem a Companhia a riscos relacionados à longevidade, de taxa de juros e de elevação dos custos médicos.

Cabe ressaltar que as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) patrocinadas pela Companhia realizam periodicamente estudos de *Asset & Liability Management* - ALM, visando estabelecer estratégias de investimento que estejam compatíveis com as obrigações previdenciárias dos planos.

Essas entidades operam dentro da estrutura regulatória do sistema de previdência complementar fechada, tendo por órgão regulador o Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e fiscalizador a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, considerando as normas emitidas por esses órgãos, bem como o disposto na Lei Complementar nº 109/2001 e as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN para aplicação dos recursos garantidores dos planos. Em decorrência da estrutura regulatória acima descrita e das normas específicas sobre o tema, podem haver restrições ao reconhecimento de superávits caso identificados nas avaliações atuariais realizadas para atendimento ao pronunciamento técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

Os planos de benefícios previdenciários patrocinados pela Companhia estão descritos a seguir:

i. Plano Equatorial BD

O Plano BD é estruturado na modalidade de "benefício definido", existindo compromisso pós-emprego com os participantes em atividade e com os assistidos. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

 Aposentadoria (por Invalidez, Idade, Tempo de Contribuição e Especial): Benefício de aposentadoria apurado a partir da diferença entre o Salário Real de Benefício (SRB), que é a média dos últimos 36 Salários de Contribuição, e a aposentadoria concedida no RGPS. Com exceção da Aposentadoria por invalidez, as aposentadorias têm carência de 120 meses de contribuições mensais para o plano.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

- Pensão por Morte: O benefício acima corresponde a 50% da aposentadoria mensal que o participante recebia antes de seu falecimento ou da renda a que este teria direito caso se invalidasse. Será concedido aos beneficiários habilitados como pensionistas que o requererem; e
- Abono Anual: O benefício consiste em uma prestação pecuniária anual de 1/12 (um doze avos) da renda mensal devida em dezembro por mês de complementação recebida durante o ano.

ii. Plano Celpa OP

O Plano Celpa OP é estruturado na modalidade "Contribuição Variável", existindo compromisso pósemprego na fase de inatividade (aposentados e pensionistas) para os benefícios estruturados na modalidade "Benefício Definido" (Aposentadoria na forma de Renda Mensal Vitalícia e suas respectivas reversões em pensão). De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- Renda Mensal com Reversão em Pensão: É concedida ao participante que atender cumulativamente as seguintes condições:
 - a) Ter 05 anos completos de vinculação empregatícia com a patrocinadora;
 - b) Ter 05 anos de contribuição efetiva ao plano;
 - c) Ter idade igual ou superior a 55 anos;
 - d) Ter a concessão do benefício, exceto se de Invalidez pelo RGPS; e
 - e) Não manter vínculo empregatício com a patrocinadora.

De acordo com a modalidade selecionada no requerimento, o valor do benefício equivale a:

- ✓ Renda Mensal Vitalícia, estruturada na modalidade de "Contribuição Variável"; ou
- ✓ Renda Mensal Financeira, estruturada na modalidade de "Contribuição Definida".
- Pecúlio por Invalidez ou por Morte: O benefício de Pecúlio por Morte é concedido aos beneficiários quando do óbito do participante ativo. O benefício de Pecúlio por Invalidez é concedido ao participante que possuir a Suplementação de Aposentadoria por Invalidez no Plano R.

iii. Plano Celpa R

O Celpa R é estruturado na modalidade "Benefício Definido", existindo compromisso pós-emprego com o pagamento de aposentadorias por invalidez e pensões. Além disso, o plano é não-contributivo, oferecendo somente benefícios de risco. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos são os seguintes:

- Suplementação de Auxílio-Doença e Aposentadoria por Invalidez: Os dois benefícios acima consistem em
 uma renda mensal obtida através da diferença entre o valor do Salário Real de Benefício (SRB) e o valor do
 benefício concedido pelo RGPS (Regime Geral de Previdência Social), sendo concedidos enquanto for
 garantida a concessão do RGPS (Regime Geral de Previdência Social);
- Pensão por Morte: O benefício acima corresponde a 50% da aposentadoria mensal que o participante recebia antes de seu falecimento ou da renda a que este teria direito caso se invalidasse. Será concedido aos beneficiários habilitados como pensionistas que o requererem; e

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

Abono Anual: O benefício consiste no maior valor mensal recebido no ano pelo participante, e será pago até
o dia 20 de dezembro. Por se tratar de um plano não-contributivo, o custeio do plano é feito 100% pela
Contribuição Normal da própria patrocinadora, cujo percentual é determinado no Plano de Custeio do
plano.

iv. Plano Equatorial CD

Plano de benefícios previdenciários administrado pela Fundação Equatorial de Previdência Complementar (EQTPREV) e patrocinado pela Equatorial Energia Pará, dentre outras. O plano passou a ser oferecido pela empresa a seus empregados no exercício de 2019, bem como recepcionou nesse ano participantes e assistidos patrocinados pela empresa advindos dos planos Celpa OP e Celpa R, sendo, portanto, o primeiro reconhecimento das obrigações com este plano pela empresa.

O Equatorial CD é um plano contributivo com modalidade de "Contribuição Definida" para os benefícios programados e de "Benefício Definido" para os benefícios de risco. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- Aposentadoria Normal: É concedida ao participante que atender cumulativamente as seguintes condições:
 - a) Ter 180 meses ininterruptos de vinculação empregatícia com a patrocinadora;
 - b) Ter 60 meses de contribuição efetiva ao plano;
 - c) Ter idade igual ou superior a 55 anos; e
 - d) Não manter vínculo empregatício com a patrocinadora. O valor do benefício resulta da transformação do Saldo de Contas em uma renda certa, de 12 parcelas por ano, por "n" meses.
- Aposentadoria de Incapacidade para o Trabalho: O benefício é concedido ao participante que estiver em gozo da aposentadoria por Invalidez da Previdência Social, desde que esteja no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício resulta da conversão do Saldo de Contas em uma renda mensal;
- Pensão por Morte de Ativo: O benefício é concedido aos beneficiários do participante ativo que vier a falecer, desde que este tenha se mantido no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício resulta da conversão do Saldo de Contas em uma renda mensal: e
- Pensão por Morte de Assistido: O benefício é concedido aos beneficiários do participante assistido que vier a falecer, desde que este tenha se mantido no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício consiste na continuação da renda paga ao participante assistido.

v. Resolução 10/1989

A Companhia possui um passivo atuarial a descoberto, de origem em um acordo firmado entre a empresa e seus ex-empregados e pensionistas. O acordo foi deliberado pela Resolução nº 10, de 04 de agosto de 1989, pela administração da Companhia, e entrou em vigor em 11 de Junho de 1996.

Com a Resolução em vigor, os ex-empregados e pensionistas têm direito a benefícios previdenciários, que formam o passivo atuarial não coberto. O valor do passivo apurado é provisionado integralmente pela Companhia.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

vi. Plano de assistência médica

Plano de Saúde CNU

A Companhia oferece a seus empregados e ex-empregados (aposentados e demitidos) um plano de saúde administrado pela operadora Central Nacional Unimed – Cooperativa Central (CNU), na modalidade Ambulatorial e Hospitalar com Obstetrícia, com abrangência Nacional. É oferecido para os seus colaboradores, bem como a seus dependentes, exceto para diretores e gerentes.

Unimed Seguro Saúde

A Companhia oferece a seus empregados e ex-empregados (aposentados e demitidos) um seguro saúde administrado pela operadora Unimed Seguro Saúde S/A, na modalidade Ambulatorial e Hospitalar com Obstetrícia, com abrangência Nacional. É oferecido para os diretores e gerentes da Companhia, bem como a seus dependentes.

Plano Odontológico UNIODONTO

Plano odontológico administrado pela operadora Uniodonto Belém a seus empregados e ex-empregados (aposentados e demitidos), bem como para seus dependentes. Diferente do que ocorre nos planos médicos, as despesas odontológicas não aumentam em função do envelhecimento dos participantes. Sendo assim, não há compromisso de pós-emprego (subsídio-cruzado).

A Companhia realiza anualmente e divulgará nas demonstrações contábeis do exercício a findar em 31 de dezembro de 2021, as avaliações atuariais por avaliadores independentes, considerando cotação de mercado ativo, análise de sensibilidade, taxa esperada global de retorno dos ativos com base nas expectativas de mercado vigentes e aplicáveis durante o período o qual a obrigação deve ser liquidada.

Assim, as principais premissas atuariais utilizadas são: (i) taxa de inflação; (ii) taxa de desconto; (iii) futuros aumentos salariais; e (iv) futuros aumentos de pensão.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

28 Instrumentos financeiros

28.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, sub-rogação da CCC, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, valores a receber (devolver) parcela A e outros itens financeiros, debêntures e derivativos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), sendo eles dívida líquida sobre EBITDA ajustado³ (DL/EBITDA Ajustado) e dívida líquida sobre a dívida líquida somada ao patrimônio líquido (DL/DL+PL).

28.2 Política de utilização de derivativos

A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos, apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a Companhia possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados.

28.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

a) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

³ O EBITDA Ajustado é calculado por meio do EBITDA acrescido ou reduzido por itens que entendemos como não recorrentes ou que não afetam a nossa geração de caixa, como perda/ganho na desativação de bens e direitos.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 estão identificados conforme a seguir:

Mercado
37.473
313.981
3.613.371
8.352.370
2/2020
Mercado
750.901
2.742.977
1.473.423
1.238.785
21.690
251.291
773 224 339 6220 771 770

Caixa e equivalentes de caixa - são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais.

6.758.120

7.035.943

6.199.518

6.479.067

Aplicações financeiras - são classificados como de valor justo por meio do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2, pois em sua maioria, são aplicados em fundos exclusivos onde os vencimentos limitam-se dozes meses, assim a Administração entende que seu valor justo já está refletido no valor contábil. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis tais como CDI.

Contas a receber de clientes - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros - são decorrentes de custos não gerenciáveis a serem repassados integralmente ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente. Classificados como custo amortizado.

Sub-rogação da CCC - valores aplicados: são classificados como custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores amortizados, possuem o propósito de financiar o subsídio da interligação de municípios isolados ao Sistema Interligado Nacional – SIN.

Total do passivo

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo financeiro de concessão - são classificados como valor justo por meio do resultado, são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo de concessão. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis, como IPCA existentes em mercado ativo e a taxa de depreciação que é definida pela resolução da ANEEL, sendo sua classificação nível 2 na hierarquia do valor justo.

Fornecedores - decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como passivo ao custo amortizado.

Empréstimos e financiamentos - tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimentos da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivo ao custo amortizado. Para fins de divulgação, as operações com propósito de giro tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de dívida equivalente, divulgadas pela B3 e ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais).

Debêntures - são classificadas como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado, divulgadas pela B3 e ANBIMA.

Valores a pagar de acordos com plano de recuperação judicial - decorrente do plano de recuperação judicial da companhia que são classificados como passivo ao custo amortizado.

Passivo de arrendamento - composto pelas obrigações decorrentes de contratos de locações e leasing que se enquadram na no escopo do CPC 06 (R2). Os saldos são trazidos a valor presente por meio de fluxo de caixa descontado para o período de vigência de cada contrato e são classificados como passivo ao custo amortizado.

Instrumentos financeiros derivativos - são classificados pelo valor justo através do resultado e de outros resultados abrangentes, tendo como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de *swaps*, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

28.4 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui contratos de *swaps* com o banco Citibank referente às operações em moeda estrangeira, com seu vencimento final em 05 de julho de 2022, contabilizado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e a segunda com vencimento em 12 de junho de 2023, contabilizado a valor justo por meio do resultado.

Em 30 de setembro de 2021, os saldos dos contratos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com o Citibank é R\$ 1.045.915 (R\$ 1.254.424 em 31 de dezembro de 2020).

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

Apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro 2020, que podem ser assim resumidos:

Operações passivas		
Indexadores	30/09/2021	31/12/2020
US\$ + Libor + 0.93% a.a.	616.099	733.842
114% do CDI	(441.632)	(547.557)
	174.467	186.285
US\$ + Libor + 0.84% a.a.	437.802	521.720
111,8% do CDI	(317.696)	(394.024)
	120.106	127.696
	197.039	100.448
	97.534	213.533
	294.573	313.981
	US\$ + Libor + 0,93% a.a. 114% do CDI US\$ + Libor + 0,84% a.a.	US\$ + Libor + 0,93% a.a. 616.099 114% do CDI (441.632) 174.467 US\$ + Libor + 0,84% a.a. 437.802 111,8% do CDI (317.696) 120.106 197.039 97.534

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: Preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado. Destacamos que, como as regras contábeis que tratam do assunto exigem que o *swap* seja contabilizado a valor de mercado, por mais que a proteção seja perfeita do ponto de vista de caixa, podem ocorrer oscilações nos resultados.

			contábil 9/2021		Valor contábil 30/09/2021	
Risco Cambial	Valor Nominal	Ativo	Passivo	Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de hedge está incluído	Alterações no valor do instrumento de <i>hedge</i> reconhecidas em ORA	Rubrica no resultado afetada pela reclassificaçã o
Contrato de Swap Hedge para empréstimos em moeda estrangeira	434.000	174.467	-	Instrumentos financeiros derivativos	1.978	N/A
			contábil 2/2020		Valor contábil 31/12/2020	
Risco Cambial	Valor Nominal	Ativo	Passivo	Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de <i>hedge</i> está incluído	Alterações no valor do instrumento de <i>hedge</i> reconhecidas em ORA	Rubrica no resultado afetada pela reclassificação
Contrato de Swap Hedge para				Instrumentos		

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

A tabela a seguir fornece uma reconciliação por categoria de risco dos componentes do patrimônio líquido e a análise dos itens de Outros Resultados Abrangentes - ORA, líquido de impostos, resultantes da contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa:

	Reserva de Hedge
Saldo em 1º de janeiro de 2021	(2.833)
Hedge de fluxo de caixa	
Mudanças no valor justo:	
Risco cambial - Swap Empréstimos	4.811
Saldo em 30 de setembro de 2021	1.978

28.5 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas da Companhia, em suas áreas de especialidades. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial Energia S.A., supervisiona a forma como a Administração da Companhia monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria.

Para o período findo em de 30 de setembro de 2021, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco em relação ao exercício anterior findo em 31 de dezembro de 2020.

a) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia em incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros. A Administração acompanha a evolução do contas a receber, e reforça os direcionamentos estratégicos para potencializar a gestão e o desempenho operacional das ações de cobranças enviadas para mitigar o risco de inadimplência. A Companhia adota uma política de cobrança cujas diretrizes estão em consonância com a legislação e regulamentações específicas.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

(i) Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa no período findo em 30 de setembro de 2021 no montante de R\$ 698.414 (R\$ 957.597 em 31 de dezembro de 2020). O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado na agência de rating *Fitch Ratings* e *Standard & Poors*.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos financeiros, a Companhia julgou não ser necessário a constituição de provisão.

(ii) Contas a receber

As contas a receber são compostas pelas faturas de energia elétrica, de consumidores não faturados e pelos parcelamentos de débitos das contas do fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes, e a representatividade é influenciada pelas características da área de concessão.

A Companhia estabelece as políticas de cobrança para as classes de clientes para reduzir os níveis de inadimplência, e consequentemente, a recuperação dos valores recebíveis. Todas as políticas de cobrança estabelecidas estão em consonância com a legislação e regulamentação específicas, no caso do setor de energia elétrica a Resolução Normativa nº 414 emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Para o período findo em 30 de setembro de 2021 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a exposição máxima ao risco de crédito para contas a receber de clientes por classe consumidora estava assim apresentada:

Classe consumidora	30/09/2021	31/12/2020		
Residencial	65%	64%		
Industrial	6%	7%		
Comercial	14%	15%		
Rural	6%	6%		
Poder público	5%	5%		
Iluminação pública	1%	1%		
Serviço público	3%	2%		
Total	100%	100%		

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a exposição máxima ao risco de crédito para contas a receber de clientes por classe consumidora estava assim apresentada:

	30/09/2021						
Classe consumidora	Consumidores faturados	Consumidores não faturados	Parcelamentos	Total			
Residencial	1.132.958	166.766	907.581	2.207.305			
Industrial	170.086	2.123	51.372	223.581			
Comercial	336.772	39.987	122.152	498.911			
Rural	152.005	9.687	52.729	214.421			
Poder público	102.073	10.439	71.046	183.558			
Iluminação pública	21.949	208	16.700	38.857			
Serviço público	35.660	2.582	46.679	84.921			
Total	1.951.503	231.792	1.268.259	3.451.554			
		31/12/2020					
Classe consumidora	Consumidores faturados	Consumidores não faturados	Parcelamentos	Total			
Residencial	1.007.621	129.889	899.928	2.037.438			
Industrial	153.047	1.659	54.289	208.995			
Comercial	295.008	32.107	139.834	466.949			
Rural	129.031	7.632	50.210	186.873			
Poder público	70.741	7.237	73.335	151.313			
Iluminação pública	23.998	164	14.907	39.069			
Serviço público	30.672	1.970	49.620	82.262			
Total	1.710.118	180.658	1.282.123	3.172.899			

A Companhia registrou uma provisão para perda que representa sua melhor estimativa de perdas referentes à Contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota explicativa n° 6.2.

Avaliação da perda esperada de crédito de liquidação duvidosa para clientes

A Companhia adota o modelo de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) que é mensurada a partir do *aging list* do Contas a receber de faturas de energia elétrica e pelos parcelamentos de débitos de faturas de fornecimento de energia através da matriz de provisão. A matriz de provisão estabelece os percentuais de risco de recebimento dos valores recebíveis de acordo com o *aging list* das faturas de energia elétrica e das parcelas através da análise.

A matriz de provisão adotada é resultado do estudo do comportamento de pagamento das faturas de energia elétrica e dos parcelamentos no período histórico analisado de 5 (cinco) anos, que reflete a experiência da perda de crédito histórica dos consumidores com a fatura de energia elétrica e do parcelamento, capturando a eficiência da política de cobrança adotada pela Companhia no decorrer do período.

A PECLD é constituída com base nos valores recebíveis dos consumidores, segregando por faturamento e parcelamento pelas classes de consumidores, em valor considerado suficiente pela Administração, para cobrir as possíveis perdas na realização de créditos.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

Perda esperada de crédito de liquidação duvidosa

Faixa	Saldo contábil bruto Parcelamentos	%Taxa média ponderada da perda média do Parcelado	Saldo PECLD	Saldo contábil bruto Faturados	%%Taxa média ponderada da perda média do Faturado	Saldo PECLD
A Vencer	728.607	28,34%	206.487	468.630	6,35%	29.758
Vencido 1 a 30	20.935	30,36%	6.356	210.137	8,96%	18.828
Vencido 31 a 60	15.322	44,63%	6.838	55.520	21,41%	11.887
Vencido 61 a 90	13.759	55,30%	7.609	32.446	34,31%	11.132
Vencido 91 a 120	13.316	60,09%	8.002	28.114	42,22%	11.870
Vencido 121 a 150	13.213	62,10%	8.205	24.872	45,47%	11.309
Vencido 151 a 180	11.632	63,48%	7.384	21.138	46,53%	9.836
Vencido 181 a 210	12.571	65,29%	8.208	21.404	47,00%	10.060
Vencido 211 a 240	12.494	66,56%	8.316	21.044	47,86%	10.072
Vencido 241 a 270	12.478	67,50%	8.423	26.083	48,34%	12.609
Vencido 271 a 300	9.473	68,66%	6.504	18.789	48,34%	9.083
Vencido 301 a 330	12.241	68,66%	8.405	22.695	49,60%	11.257
Vencido 331 a 360	10.706	68,66%	7.351	18.668	49,92%	9.319
Vencido 361 a 390	10.055	68,84%	6.922	16.687	50,69%	8.459
Vencido 391 a 420	9.897	69,01%	6.830	15.332	50,69%	7.772
Vencido 421 a 450	9.231	69,26%	6.393	13.056	51,22%	6.687
Vencido 451 a 630	60.450	71,66%	43.318	91.375	57,56%	52.595
Vencido 631 a 720	27.567	75,74%	20.879	47.520	69,35%	32.955
Vencido 721 a 810	25.157	77,42%	19.477	42.790	71,61%	30.642
Vencido 811 a 990	46.583	77,42%	36.065	76.848	71,61%	55.031
Vencido 991 a 1080	21.165	77,42%	16.386	44.752	73,33%	32.817
Vencido 1081 a 1170	19.208	82,54%	15.854	48.612	73,33%	35.647
Vencido 1171 a 1350	31.470	87,71%	27.602	85.018	73,33%	62.344
Vencido 1351 a 1530	22.825	91,52%	20.889	78.572	73,33%	57.617
Vencido 1531 a 1710	16.027	95,65%	15.330	65.195	73,33%	47.807
Vencido 1711 a 1890	11.670	95,65%	11.162	77.699	90,45%	70.279
Vencido maior 1890	70.207	95,65%	67.152	278.507	90,45%	251.906
Total	1.268.259	·	612.347	1.951.503	_	919.578

Aging parcelamentos saldos a vencer

	30/09/2021				
	2021	2022	2023	Após 2024	Total
Residencial	61.413	179.889	120.583	142.303	504.188
Industrial	2.804	6.588	4.040	5.507	18.939
Comercial	9.469	21.068	13.452	13.576	57.565
Rural	3.789	8.931	5.122	4.755	22.597
Poder público	4.830	16.217	12.705	32.118	65.870
Iluminação pública	2.177	4.691	2.058	6.327	15.253
Serviço público	4.582	14.326	6.045	19.242	44.195
Total	89.064	251.710	164.005	223.828	728.607

	31/12/2020					
	2021	2022	2023	Após 2024	Total	
Residencial	220.960	145.678	90.886	69.539	527.063	
Industrial	10.332	4.802	2.968	3.998	22.100	
Comercial	39.023	18.197	11.322	9.916	78.458	
Rural	11.720	6.266	3.114	1.457	22.557	
Poder público	16.416	13.143	10.370	27.181	67.110	
Iluminação pública	4.550	2.315	1.761	5.585	14.211	
Serviço público	16.709	11.905	4.658	14.119	47.391	
Total	319.710	202.306	125.079	131.795	778.890	

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

Aging de parcelamentos vencidos há mais de 90 dias

	30/09/2021							
	Venc. 91 a 360 dias	Venc. de 361 a 720 dias	Venc. de 721 a 1080 dias	Venc. de 1081 a 1530 dias	Venc. a mais de 1530 dias	Total		
Residencial	86.361	92.516	72.568	51.487	61.264	364.196		
Industrial	2.861	3.405	3.764	7.285	13.464	30.779		
Comercial	9.691	11.451	9.921	10.119	18.077	59.259		
Rural	6.081	7.419	6.134	4.153	3.716	27.503		
Poder público	1.597	1.405	367	396	926	4.691		
Iluminação pública	526	101	98	-	286	1.011		
Serviço público	1.007	901	52	63	173	2.196		
Total	108.124	117.198	92.904	73.503	97.906	489.635		

		31/12/2020						
	Venc. 91 a 360 dias	Venc. de 361 a 720 dias	Venc. de 721 a 1080 dias	Venc. de 1081 a 1530 dias	Venc. a mais de 1530 dias	Total		
Residencial	93.727	95.398	62.319	31.770	47.983	331.197		
Industrial	3.618	4.036	5.509	6.109	11.103	30.375		
Comercial	10.728	11.515	10.071	7.554	14.349	54.217		
Rural	6.961	7.691	5.134	2.315	2.882	24.983		
Poder público	1.327	863	514	794	739	4.237		
Iluminação pública	104	51	60	17	269	501		
Serviço público	899	118	142	220	36	1.415		
Total	117.364	119.672	83.749	48.779	77.361	446.925		

PECLD não faturados

Faixa	Saldo contábil bruto não faturados	%Taxa média ponderada da perda média do não faturado		Saldo PCLD
A Vencer	231.792		6.35%	14.719

PECLD Outros

Faixa	Outros faturados	%Taxa média ponderada da perda média do Faturado	Saldo PECD outros faturados
A Vencer	46.655	6,35%	2.963
Vencido 1 a 30	8.382	8,96%	751
Vencido 31 a 60	3.780	21,41%	809
Vencido 61 a 90	2.849	34,31%	977
Vencido 91 a 120	2.258	42,22%	953
Vencido 121 a 150	1.832	45,47%	833
Vencido 151 a 180	1.562	46,53%	727
Vencido 181 a 210	1.461	47,00%	687
Vencido 211 a 240	1.576	47,86%	754
Vencido 241 a 270	1.641	48,34%	793
Vencido 271 a 300	1.462	48,34%	707
Vencido 301 a 330	1.705	49,60%	846
Vencido 331 a 360	1.586	49,92%	792
Vencido 361 a 390	1.405	50,69%	712
Vencido 391 a 420	1.086	50,69%	550
Vencido 421 a 450	828	51,22%	424
Vencido 451 a 630	6.756	57,56%	3.889
Vencido 631 a 720	3.694	69,35%	2.562
Vencido 721 a 810	3.392	71,61%	2.429
Vencido 811 a 990	5.668	71,61%	4.059
Vencido 991 a 1080	3.305	73,33%	2.424
Vencido 1081 a 1170	3.495	73,33%	2.563
Vencido 1171 a 1350	5.753	73,33%	4.219
Vencido 1351 a 1530	3.196	73,33%	2.344
Vencido 1531 a 1710	2.745	73,33%	2.013
Vencido 1711 a 1890	2.025	90,45%	1.832
Vencido Maior 1890	8.452	90,45%	7.643
Total	128.549	·	50.255

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

(iii) Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia considera reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão).

(iv) Derivativos

Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating Fitch Ratings* e *Standard & Poors*.

b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas nas notas explicativas n° 14 (Empréstimos e financiamentos), notas explicativas n° 15 (Debêntures) e notas explicativas n° 19 (Valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial).

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinandoos principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de endividamento para os próximos 12 meses. O índice de disponibilidade por dívida de curto prazo é de 1,8 em 30 de setembro de 2021 (2,3 em 31 de dezembro de 2020).

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

(i) Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	30/09/2021						
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos bancários com garantia	1.935.862	2.931.013	43.918	249.269	294.406	980.904	1.362.516
Empréstimos bancários sem garantia	1.248.785	1.224.924	150.320	738.618	335.986	-	-
Subtotal – Empréstimos e financiamentos	3.184.647	4.155.937	194.238	987.887	630.392	980.904	1.362.516
Títulos de dívida emitidos sem garantida	1.020.914	1.150.465	30.457	39.870	1.080.138	-	-
Títulos de dívida emitidos com garantida	494.990	544.150	-	312.534	46.937	184.679	-
Subtotal – Debêntures	1.515.904	1.694.615	30.457	352.404	1.127.075	184.679	_
Valores a pagar com garantia	131.605	158.605	6.321	30.583	31.751	89.950	
Valores a pagar sem garantia	899.623	2.041.535	266	47.758	47.893	144.506	1.801.112
Subtotal – Valores a pagar de acordos com plano de recuperação judicial	1.031.228	2.200.140	6.587	78.341	79.644	234.456	1.801.112
Fornecedores	958.745	958.745	905.061	53.684	-	-	-
Passivo de arrendamento	17.932	23.486	634	3.059	3.520	10.267	6.006
Total passivos financeiros derivativos	6.708.456	9.032.923	1.136.977	1.475.375	1.840.631	1.410.306	3.169.634

Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual.

Adicionalmente, conforme divulgado nas notas explicativas nº 14 e 15, a Companhia possui operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela diretoria financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas.

c) Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos a diante desta nota explicativa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco.

Geralmente, a Companhia busca aplicar *hedge accounting* para gerenciar a volatilidade no resultado.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

d) Risco de taxa de câmbio

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Determinados passivos financeiros estão suscetíveis a variações cambiais em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre aqueles saldos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar. Atualmente a exposição ao câmbio é de 18,5% (24,6% em 31 de dezembro de 2020), de sua dívida (respectivo a empréstimos e financiamentos, debêntures, credores financeiros de recuperação judicial e ajuste a valor presente de credores financeiros em moeda estrangeira) conforme demonstrado a seguir:

Indexador	R\$ mil	Custo médio (a.a.)	Prazo final médio (mês/ano)	Prazo médio (em anos)	Part. (%)
Libor (com Swap CDI)	1.045.915	3,4%	Nov/22	0,9	20,7%
Moeda estrangeira	1.045.915	3,4%	Nov/22	0,9	20,7%
CDI	1.226.650	4,1%	Fev/23	1,4	24,3%
Pré-fixado	124.496	13,0%	Ago/23	1,2	2,5%
IGP-M	265.308	26,1%	Set/34	11,4	5,3%
IPCA	2.390.430	15,6%	Ago/29	4,8	47,3%
Moeda nacional	4.006.884	12,7%	Out/27	4,1	79,4%
Total	5.052.799	10,8%	Out/26	3,4	100%

A Companhia monitora continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possui duas dívidas em moeda estrangeira, e ambas possuem *Swap* para proteção contra as oscilações de câmbio, conforme nota explicativa n° 28.4.

A sensibilidade da dívida foi demonstrada em cinco cenários, um cenário com a taxa projetada para 12 meses (Cenário Provável); mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação da moeda estrangeira considerada. Incluímos ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V). O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 30 de setembro de 2021 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

A moeda utilizada na análise de sensibilidade e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

		_	Risco do flux	o de caixa ou valor	justo associado à tax	a de juros ou varia	ção cambial	
			Impacto no resultado					
Operação Risco	Risco	Saldo em R\$ mil (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%	
Passivos financeiros Empréstimos, financiamentos e debêntures	US\$	(1.045.915)	(1.130.511)	(1.413.139)	(1.695.767)	(847.883)	(565.255)	
Impacto no resultado				(282.628)	(565.256)	282.628	565.256	
Swap - Ponta Ativa Impacto no resultado	US\$	1.053.901	1.139.143	1.423.929	1.708.715	854.357	569.571	
(swap) Efeito líquido no				284.786	569.572	(284.786)	(569.572)	
resultado				2.158	4.316	(2.158)	(4.316)	
Referência para passivos financeiros		Taxa projetada	Taxa em 30/09/2021	+25%	+50%	-25%	-50%	
Dólar US\$/R\$ (12 meses)		5,88	5,44	7,35	8,82	4,41	2,94	
Fonte: B3								

e) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos e as aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros foi demonstrada em cinco cenários. O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 30 de setembro de 2021 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

A seguir é apresentado um cenário com a taxa projetada para 12 meses (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

Foram incluídos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros ou variação cambial (<u>R\$ Mil)</u> Impacto no resultado Saldo em R\$ mil Cenário Cenário II Cenário III Cenário IV Cenário V Operação Risco (exposição) Provável +25% +50% -25% -50% Ativos Financeiros 2.904.030 2.558.955 2.789.005 2.846.518 2.731.492 2.673.980 Aplicações financeiras e CDI Investimentos de curto prazo 57.513 115.025 (57.513) (115.025) Impacto no resultado Passivos Financeiros Empréstimos, financiamentos e CDI (1.226.650)(1.364.495)(1.392.064)(1.309.357)(1.281.788)debêntures (1.336.926)IGP-M (381.366) (399.824) (404.439)(409.053)(395.209) (390.595) IPCA (2.390.430) (2.543.178) (2.581.365)(2.619.552)(2.504.991) (2.466.804)Total de passivos financeiros (3.998.446) (4.350.299) (4.139.187) (4.279.928)(4.420.669)(4.209.557)CDI (27.569)(55.138)27.569 IGP-M (4.615)(9.229)4.615 9.229 IPCA (38.187) (76.374) 38.187 76.374 Impacto no resultado (70.371) (140.741)70.371 140.471 (759.328)(827.592)Swap - Ponta Passiva CDI (861.724)(810.526)(793.460)(844.658)(17.066)(34.132)17.066 Impacto no resultado (swap) 34.132 (29.924) (59.848) 29.924 59.848 Impacto no Resultado Referência para ativos e passivos Taxa financeiros projetada Taxa em (BMF) 30/09/2021 +25% +50% -25% -50% CDI (% 12 meses) 8.99 3.01 11,24 13,49 6,74 4.50 6,05 7,99 IGP-M (% 12 meses) 4.84 24,86 7,26 3,63 2,42 9,59 4,79 6.39 IPCA (%12 meses) 10.25 3.20

Fonte: B3/Santander

f) Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas.

A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados nas notas explicativas nº 14 (Empréstimos e financiamentos) e 15 (Debêntures).

Em consideração aos contratos sujeitos à Recuperação Judicial, a novação dos créditos incitou a suspensão de cláusulas contratuais de vencimento antecipado e de *covenants* financeiros e não financeiros, salvo quando acordado entre as partes.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

g) Risco de escassez de energia (Risco hidrológico)

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduz o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Com a finalidade de incentivar o uso racional da energia, o governo através do Decreto nº 8.401/2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT - conta bandeiras) no sentido de monitorar a situação hidrológica do Brasil, contendo assim o consumo de energia de forma não racional. O recebimento de repasse CCRBT no período findo em 30 de setembro de 2021 está evidenciado na nota explicativa nº 7 - Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros.

Como consequência da situação hidrológica desfavorável de 2021, foi criada a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética – CREG (Medida Provisória nº 1.055/2021), com competência definir diretrizes obrigatórias relativas ao estabelecimento de condições excepcionais e temporárias para enfrentamento da situação hidrológica. Por meio da Resolução nº 3, de 31 de agosto de 2021, a CREG determinou a cobrança da "bandeira Escassez Hídrica", no valor de R\$14,20 a cada 100 quilowatt-hora consumidos, para todos os consumidores do Sistema Interligado Nacional de setembro de 2021 a abril de 2022, com exceção dos beneficiários da tarifa social. Com isso, ocorre um aumento da receita de bandeira a partir de setembro de 2021.

Em 30 de setembro de 2021, após a implementação de diversas ações da CREG, a entrada em operação de nova capacidade de geração e transmissão e com a evolução das afluências nos últimos meses, as projeções elaboradas por especialistas do setor apontam que a condição de suprimento de 2021 é preocupante, mas não resulta em expectativa de racionamento, sendo os maiores impactos observados sob a perspectiva do custo da energia. Cabe ressaltar que essas expectativas envolvem riscos e incertezas, como por exemplo, menor disponibilidade de águas nos grandes reservatórios hidroelétricos e o consequente despacho das térmicas, que podem impactar os custos da Companhia e, por consequência, as demonstrações contábeis e regulatórias.

h) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os Processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do Setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Companhia justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para seu repasse às tarifas.

i) Risco ambiental

A Companhia baliza suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em nossas Concessões, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando a preservação ambiental e o respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental balizado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à Legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais *Stakeholders*.

O Controle do Sistema de Gestão Ambiental que tem como principais macroprocessos:

- Licenciamento Ambiental;
- Gestão de Limpeza de Faixa, Podas e Supressão de Vegetação;
- Gestão de Resíduos:
- Educação e Conscientização Ambiental;
- Gestão de Requisitos Legais;
- Gestão de Recursos Hídricos; e
- Normatização e Controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA).

Dentro destes macroprocessos, fazemos gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere a implantação de Subestações, Linhas e Redes de Distribuição de Energia. Também trabalhamos com os órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de poda, limpeza de faixa e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico.

Em nosso SGA, temos a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executores de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras, todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras.

Também visando reduzir impactos ambientais, utilizamos em nossas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em áreas urbanas com alta densidade de árvores de grande porte.

28.6 Gestão do capital

A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

29 Demonstrações dos fluxos de caixa

29.1 Transações não envolvendo caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	Efeito não caixa
Atividades de investimento	
Transferências entre ativo financeiro e ativo contratual (a)	21.371
Transferências entre ativo contratual e intangível (a)	153.481
Transferência entre sub-rogação e ativo contratual	149.598
Transferência entre investimentos e intangível	19.937
Adição de ativo contratual em contrapartida de fornecedor (b)	6.583
Adição de ativo contratual em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas	15.497
Total de atividades de investimento	366.467
Atividades de financiamento	
Capitalização de juros de empréstimos (c)	5.707
Hedge accouting de fluxo de caixa (d)	4.811
Dividendos adicionais distribuídos	154.740
Dividendos intermediários distribuídos	331.361
Reconhecimento de ativo e passivo de arrendamento	1.694
Reclassificação de outros créditos a receber para empréstimos mútuos	251.257
Total de atividades de financiamento	749.570
Total	1.116.037

- (a) Correspondem às transferências (bifurcação) de ativos de contrato para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão;
- (b) Referem-se as adições de ativos de contratos em contrapartida de fornecedores e obrigações trabalhistas, maiores detalhes na Nota explicativa nº 12;
- (c) Capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis registrados no ativo contratual de acordo com as regras do CPC 20 (R1) Custos de Empréstimos; e
- (d) Proteção contra exposições a variações de fluxos de caixa que sejam atribuíveis a riscos específicos associados com ativos ou passivos ou que possa afetar o resultado.

29.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	31/12/2020	Fluxos de caixa	Pagamento de juros (*)	Novos arrendamentos	Mudanças no valor justo	Outros (**)	30/09/2021
Empréstimos e financiamentos	2.756.643	295.449	(62.949)	_	-	195.504	3.184.647
Debêntures	1.449.732	-	(23.269)	-	-	89.441	1.515.904
Valores a pagar de acordos com							1.031.228
plano de recuperação judicial	970.931	(94)	(53.840)	-	15.607	98.624	
Passivos de arrendamento	21.690	(5.452)	(398)	1.694	-	398	17.932
Dividendos a pagar	66.559	(552.078)	-	-	-	486.101	582
Totais	5.420.295	(262.175)	(140.456)	1.694	15.607	870.068	5.750.293

^(*) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais.

^(**) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas, capitalização de juros e o reconhecimento de dividendos a pagar.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

30 Compromissos futuros

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são os seguintes:

	Vigência	2021	2022	2023	Após 2023 (*)
Energia contratada (R\$ Mil)	2021 a 2032	702.778	2.340.439	2.457.563	29.891.417
Energia contratada (MWh)	2021 a 2032	3.320.337	11.903.052	12.242.011	126.650.114

^(*) estimado 9 anos após 2023.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

	Vigência	2021	2022	2023	Após 2023
Arrendamentos e Aluguéis	2021 a 2028	581	2.258	2.345	12.788
Sistemas Isolados (R\$ Mil)	2021 à 2027	708.796	475.577	369.261	360.806
Sistemas Isolados (MWh)	2021 à 2027	275.440	284.322	257.599	284.762

^(*) estimado até a data de interligação ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

31 Seguros

A Companhia mantém apólices de seguros, por montantes considerados suficientes, para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável por danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das informações contábeis intermediárias, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com as apólices de seguros contratadas pela Companhia estão demonstrados a seguir:

	Vencimento	Importância
Riscos	das apólices	segurada
Riscos operacionais	30/04/2022	385.286
Responsabilidade civil geral – operações	30/04/2022	30.000
Seguro garantia judicial	(a)	271.361
Automóvel	30/04/2022	(b)

⁽a) Apólices vigentes até 2025;

⁽b) 120 veículos próprios segurados.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

32 Eventos subsequentes

Distribuição de dividendos intermediários

Em 09 de novembro de 2021, conforme a Ata de Reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários de R\$ 300.057, decorrentes do resultado do trimestre findo em 30 de setembro de 2021, R\$ 39.276 oriundos da reserva de lucros a realizar e R\$ 14.119 da reserva estatutária de investimentos.

* * *

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior (Presidente)

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima (Vice-Presidente)

Armando de Souza Nascimento

Mauro Chaves de Almeida

Sérvio Túlio dos Santos

Conselho Fiscal

Titulares

Cristiane do Amaral Mendonça

Maria Salete Garcia Pinheiro

Paulo Roberto Franceschi

Saulo Tarso Alves de Lara

Vanderlei Dominguez da Rosa

Suplentes

Claudia Luciana Ceccatto de Trota

Marco Antônio de Almeida Lima

Moacir Gibur

Ricardo Bertucci

Diretoria Executiva

Marcos Antônio Souza de Almeida Diretor Presidente

Bruno Pinheiro Macedo Couto Diretor

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima Diretor de Relações com Investidores

Rubens Jose de Figueiredo Briseno Diretor

> Tatiana Queiroga Vasques Diretora

> > Tinn Freire Amado Diretor

Geovane Ximenes de Lira Superintendente Contador CRC PE 012996-O-3 S-PA